

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

LARISSA PICCINI BITZCKI

**AS MUDANÇAS CLIMÁTICAS E O OPORTUNISMO DO SISTEMA FINANCEIRO:
UM ESTUDO DO WORLD RESOURCES INSTITUTE NO BRASIL**

Porto Alegre

2023

LARISSA PICCINI BITZCKI

**AS MUDANÇAS CLIMÁTICAS E O OPORTUNISMO DO SISTEMA FINANCEIRO:
UM ESTUDO DO WORLD RESOURCES INSTITUTE NO BRASIL**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Henrique Carlos de Oliveira de Castro

Porto Alegre

2023

P588m Piccini-Bitzcki, Larissa

As mudanças climáticas e o oportunismo do sistema financeiro:
um estudo do World Resources Institute no Brasil / Larissa Piccini
Bitzcki – Porto Alegre, 2023.

52 p. : il. ; 24 cm.

Trabalho de Conclusão de Curso (Relações Internacionais) –
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Curso de Graduação em
Relações Internacionais. Porto Alegre, 2023.

Orientador: Prof. Dr. Henrique Carlos de Oliveira de Castro.

1. Relações Internacionais. 2. Mudanças climáticas.
3. Financiamento. 4. Neoliberalismo. 5. Think Tank. I. Castro,
Henrique Carlos de Oliveira de. II. Título.

Catálogo na publicação: Natascha Helena Franz Hoppen – CRB 10/2150

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Faculdade de Ciências Econômicas
Comissão de Graduação em Relações Internacionais
Av. João Pessoa, 52
Bairro Centro
Porto Alegre/RS – Brasil
CEP: 90040-000
+55 51 3308.3502
fce@ufrgs.br

LARISSA PICCINI BITZCKI

**AS MUDANÇAS CLIMÁTICAS E O OPORTUNISMO DO SISTEMA FINANCEIRO:
UM ESTUDO DO WORLD RESOURCES INSTITUTE NO BRASIL**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Relações Internacionais.

Aprovada em: Porto Alegre, 28 de agosto de 2023.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Henrique Carlos de Oliveira de Castro - Orientador
UFRGS

Prof. Dr. Róber Iturriet Avila
UFRGS

Prof. Dra. Jéssica da Silva Duarte
UFPE

À Maria Angélica e Maria das
Graças

AGRADECIMENTOS

Agradeço à grandeza da vida e às causas e condições que nos trouxeram até aqui. Agradeço às oportunidades e às portas que se abriram enquanto outras se fecharam. Agradeço aos erros, aos acertos e ao mais importante: à caminhada.

Agradeço à imensa generosidade de todas as pessoas que me apoiaram durante essa trajetória acadêmica desafiadora. Agradeço aos amigos que a UFRGS me deu, agradeço aos momentos felizes e ensolarados que vivemos no Campus Centro e agradeço aos professores, os quais guardarei sempre em meu coração e mente.

Agradeço aos amigos que me emprestaram seus lares enquanto eu morava distante da universidade. Agradeço, também, a todos os diferentes grupos de amigos que me acompanharam através de muitas fases e de momentos e que sempre me regaram com amor, com carinho e com acolhimento. Agradeço aos familiares dos meus amigos, que também me apoiaram com hospitalidade e amizade.

Agradeço a oportunidade de ter nascido na família que nasci. Agradeço a todas as mulheres incansáveis e extraordinárias da família Piccini que faziam o que podiam com os poucos recursos que tinham. Agradeço por terem sido fonte de inspiração e por, até hoje, serem tão doces e gentis.

Agradeço de forma incomensurável, ilimitada, vasta e infinita a minha mãe Maria Angélica Piccini, um ser igualmente incansável e extraordinário. Agradeço a ela por todo o investimento existencial depositado em mim, o qual ecoa até hoje. Agradeço por ter sido mulher, por ter sido mãe, por ter sido pai, por ter sido trabalhadora, por ter sido provedora, por ter sido fonte de inspiração e por ter sido o que estava ao seu alcance. Os caracteres não chegam perto da dimensão dos sentimentos que ela deixou dentro do meu coração.

Agradeço ao meu companheiro todo amor, carinho, presença e cafés de qualidade em todos os nossos dias. Agradeço a minha cachorra Elis por nossas conversas silenciosas e queridas através de olhares e movimentos sutis. Agradeço à arte, que serviu de refúgio em muitos momentos desafiadores através de músicas, danças e outras manifestações.

Um ser humano é parte de um todo, chamado por nós de 'Universo' – uma parte limitada no tempo e no espaço. Ele experimenta a si mesmo, seus pensamentos e sentimentos, como algo separado do resto – uma espécie de ilusão de ótica da sua consciência. Essa ilusão é uma espécie de prisão para nós, restringindo-nos aos nossos desejos pessoais e à afeição por algumas pessoas mais próximas de nós. Nossa tarefa deve ser nos libertarmos dessa prisão, ampliando nossos círculos de compaixão para abraçar todas as criaturas vivas e toda a natureza em sua beleza.

Albert Einstein

RESUMO

Esta monografia busca entender e explicar por que a impossibilidade de atuação neutra de um Think Tank internacional com atuação no Brasil reforça tendências do setor financeiro internacional que se mostram inadequadas como reação às mudanças climáticas. Será utilizado o estudo de caso de um Think Tank internacional com atuação no Brasil no campo das Políticas Ambientais, o World Resources Institute, para compreendermos como a organização se relaciona com o sistema financeiro e como ela desempenha o seu trabalho no campo do financiamento climático. Junto a isso, a pesquisa também pretende apontar de que forma grandes potências com um passado de exploração não estão orientando esforços para compensar as centenas de anos de utilização dos recursos naturais da Terra. Enquanto discussões sobre o repasse de recursos dos países ricos e desenvolvidos para países pobres e vulneráveis estão travadas nos fóruns de diálogo da COP, um viés alternativo parece ganhar cada vez mais força: o do direcionamento de empréstimos de financiadores privados para Estados que cumpram determinadas reformas político-econômicas ortodoxas. Nesse cenário, para Gabor (2021), tem ocorrido uma financeirização das políticas públicas através de movimentos de redução na capacidade do Estado investir e de realocação de recursos públicos para o mercado de capitais. Assim, mostra-se como o Estado de-risking prejudica populações vulneráveis e compromete a imparcialidade de Think Tanks que reforçam, direta ou indiretamente, essa lógica.

Palavras-chave: Mudanças Climáticas; Financiamento; Neoliberalismo; Think Tank

ABSTRACT

This monograph seeks to understand and explain why the impossibility of neutral action by an international Think Tank operating in Brazil reinforces trends in the international financial sector that prove inadequate as a response to climate change. The case study of an international Think Tank operating in Brazil in the field of Environmental Policies, the World Resources Institute, will be used to comprehend how the organization interacts with the financial system and how it carries out its work in the field of climate financing. Additionally, the research aims to highlight how powerful nations with a history of exploitation are not guiding efforts to compensate for centuries of natural resource utilization on Earth. While discussions about transferring resources from wealthy and developed countries to poor and vulnerable ones are locked in COP dialogue forums, an alternative bias appears to be gaining strength: directing loans from private financiers to states that implement certain orthodox political-economic reforms. In this scenario, as Gabor (2021) argues, there has been a financialization of public policies through moves to reduce the state's capacity to invest and reallocate public resources to the capital market. Consequently, it becomes evident how state de-risking harms vulnerable populations and compromises the impartiality of Think Tanks that directly or indirectly reinforce this logic.

Palavras-chave: Climate Change; Financing; Neoliberalism; Think Tank

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AR5	Quinto Relatório de Avaliação
CQNUMC	Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima
COP	Conferência das Partes
FMI	Fundo Monetário Internacional
GEE	Gases de Efeito Estufa
GISD	Investidores Globais para o Desenvolvimento Sustentável
IIED	International Institute for Environment and Development
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPI	Programa de Parcerias de Investimentos
PPP	Parceria Público-Privada
SBN	Soluções Baseadas na Natureza
TT	Think Tank
USAID	Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional
WRI	World Resources Institute

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
2 O QUE É A CRISE CLIMÁTICA?	18
2.1 ATUAÇÃO INTERNACIONAL E FINANCIAMENTO	21
3 O QUE É UM THINK TANK?	25
3.1 QUEM É O WRI?	28
3.2 RELAÇÃO ENTRE O WRI E O FINANCIAMENTO SUSTENTÁVEL	32
4 FINANCEIRIZAÇÃO E O NOVO PAPEL DO ESTADO	35
4.1 BREVE CONTEXTO HISTÓRICO DO NEOLIBERALISMO	37
4.2 POR TRÁS DA ONDA VERDE NEOLIBERAL	38
5 CONCLUSÃO	44
REFERÊNCIAS	47
APÊNDICE A - GLOSSÁRIO	52

1 INTRODUÇÃO

Ao longo do século XX, um novo tipo de organização se formou e conquistou espaço no cenário internacional: os Think Tanks (TTs). No decorrer do amadurecimento dessas organizações, teóricos direcionaram esforços para tentar compreender e categorizar esse novo ator e, por muitos anos, entendeu-se que ele era um tipo de instituto de pesquisa neutro. Apesar de uma suposta imparcialidade, essas organizações começaram a ser utilizadas por Estados e por atores privados para alcançar determinados objetivos e interesses. Como exemplo, pode-se citar a Atlas Network, utilizada como uma ferramenta de manutenção hegemônica estadunidense no Brasil.

Atualmente, somada a outras questões humanitárias fundamentais, a crise climática tem ganhado destaque na mídia hegemônica, nos fóruns de discussão internacional e nas diretrizes do sistema financeiro internacional. Nesse sentido, como os Think Tanks são fluídos e adaptáveis, surgiram muitos institutos de pesquisa sobre políticas ambientais com a motivação de apoiar o setor público no entendimento e na superação dessas questões. Nesse contexto de busca por soluções para a crise climática, surgiram tendências na lógica financeira internacional de parcerias entre Estados e financiadores privados, as quais apoiam a transformação de políticas públicas em ativos financeiros através de redução da capacidade do Estado investir e de realocação dos recursos públicos para o mercado de capitais.

Assim, em uma intersecção entre a atuação de Think Tanks, entre a Crise Climática e entre possíveis soluções para esse novo desafio, será utilizado o estudo de caso de um Think Tank internacional ambiental em expansão no Brasil, o World Resources Institute (WRI), para verificar a possibilidade de atuação neutra desse tipo de organização e para esclarecer se essa atuação favorece algum grupo. A partir desse caso, também será possível compreender de qual forma as tendências de instituições financeiras internacionais estão virando ações práticas, por que o WRI reforça essas tendências e por qual razão não são as pessoas mais vulneráveis que se beneficiam nesse processo. Junto a isso, será possível identificar de que forma o chamado “Consenso de Wall Street” se conecta com o caso brasileiro e de que forma esse novo receituário pretende criar um ambiente confortável aos investidores às custas de populações mais vulneráveis.

A pesquisa também pretende apontar de que forma grandes potências com um passado de exploração, como Estados Unidos e Reino Unido, não estão orientando esforços para compensarem as centenas de anos de aproveitamento dos recursos naturais do planeta. Ao invés de um reconhecimento do próprio impacto nas mudanças climáticas e de acordos

com os países mais vulneráveis, as grandes potências e instituições financeiras como o FMI e Banco Mundial (que representam, em grande maioria, os interesses dos mais ricos) estão aproveitando esse momento de aumento de tragédias ambientais para criar um novo regime climático e financeiro baseado na lógica do mercado. Enquanto discussões sobre o repasse de recursos dos países ricos e desenvolvidos para países pobres e vulneráveis estão travadas nos fóruns de diálogo das COP, um viés alternativo parece ganhar cada vez mais força: o do direcionamento de empréstimos de financiadores privados para Estados que cumpram com determinadas reformas político-econômicas ortodoxas. Assim, um olhar de oportunidade tem se desenvolvido entre os financiadores e os beneficiários do sistema financeiro internacional enquanto um olhar de cuidado com os ecossistemas em que vivemos parece permanecer inexistente.

Nesta situação, percebe-se o financiamento de Think Tanks que, apesar de uma narrativa de atuação neutra, reforçam as lógicas de mercado que permanecem atacando a vida e as populações vulneráveis na Terra. Ainda que apresente discursos pretensiosos sobre a sua atuação sem viés na área ambiental, o WRI Brasil recebe recursos de instituições e de figuras relacionadas à manutenção do paradigma neoliberal, o que coloca em dúvida a neutralidade real da organização. Dessa forma, discurso e atuação prática se apresentam desconectados pois, conforme este trabalho mostrará, a operação do WRI Brasil está reforçando um caminho que se mostra impróprio para o enfrentamento às mudanças climáticas e está fortalecendo uma prática que vai, em última instância, favorecer os mais ricos.

Para expor a profundidade do problema, será apresentado, na primeira seção, um panorama geral sobre as mudanças climáticas no globo e no Brasil. Assim, será analisado de que forma estudos científicos, organizados por instituições como IPCC e ONU, evidenciam a necessidade de tomadores de decisão agirem rápido para evitarmos catástrofes irreversíveis. Além disso, também serão apontados encaminhamentos das últimas Conferências das Partes para demonstrar como a cooperação internacional têm causado frustração nas questões relacionadas à criação de fundos financeiros, os quais deveriam ser alimentados por países que se beneficiaram da exploração da natureza para evitar desastres em países mais vulneráveis às mudanças do clima.

Na segunda seção, será apresentada uma base teórica para explicar que tipo de organização é o WRI Brasil para, assim, trazer luz à questão da neutralidade das suas operações. Aqui, é fundamentada a escolha da organização e o foco na origem dos recursos financeiros do WRI Brasil é justificado pelo entendimento de que o dinheiro não é neutro e que ele representa as expectativas e os desejos dos seus financiadores. Além disso, é

interessante observar como os doadores, muitas vezes de países beneficiados pelo histórico de exploração internacional, oferecem recursos para garantir a continuidade do sistema ao mesmo tempo em que realizam uma espécie de *greenwashing*, em que asseguram o status ético de estarem promovendo soluções viáveis para a crise climática.

Em uma terceira seção, adicionaremos à análise a financeirização e o novo papel do Estado pós Crise de 2008 e pós Pandemia do COVID-19. Com o framework criado por Gabor (2021), indica-se que o padrão de governos aderirem ao mercado de capitais para financiar o seu desenvolvimento e de transformar a natureza em um ativo financeiro é reforçado pelo trabalho desenvolvido pelo Acelerador de Soluções Baseadas na Natureza, do WRI Brasil. Dessa forma, é traçado um contexto histórico do neoliberalismo, para evidenciar as particularidades do capitalismo contemporâneo e da onda verde neoliberal, e é apresentado em detalhes o que caracteriza o chamado Estado de-risking, o qual opera de forma que financiadores são privilegiados enquanto populações vulneráveis ficam ainda mais desassistidas.

Por fim, as conclusões sintetizam os pontos mais relevantes da análise e trazem provocações sobre a forma com que estamos lidando com a crise climática. Percebe-se que o uso da narrativa de neutralidade e de parceria para a mudança maquia os interesses que circulam nos bastidores da economia verde. Também evidencia-se a relação de longo prazo do WRI com o mercado financeiro e com o desenvolvimento de portfólios de projetos. Ademais, aborda-se uma discussão sobre austeridade, desregulamentação de mercado de capitais e financeirização que mostra como Estado de-risking causa um aumento no repasse de recursos públicos para empresas e investidores, o que se mostra impróprio em um momento que exige ação rápida e em escala.

Dessa forma, propõe-se uma revisão crítica, aprofundada e que observa algumas faces da manutenção de poder de grandes atores internacionais. Na presente pesquisa, de grande relevância econômica, social e política, será iniciado um caminho de estudo para o esclarecimento de como a atuação de um Think Tank pretende fazer frente às mudanças climáticas, de qual é a sua relação com as grandes potências, de qual forma a sua atuação impacta populações vulneráveis e de que forma a manutenção de uma lógica neoliberal está conectada à organização.

2 O QUE É A CRISE CLIMÁTICA?

Atualmente, depois de diversos países terem passado por processos de desenvolvimento industrial e urbano, vivemos problemas causados pela emissão de gases do efeito estufa (GEE), pela destruição de ecossistemas, pela má gestão de resíduos, entre outros. O ritmo produtivo e a lógica de consumo da sociedade não consideram a finitude dos recursos que estão disponíveis no planeta e, se mudanças profundas e contínuas não começarem a serem implementadas no momento presente, esse cenário vai se encaminhar para um desfecho com muita devastação e muitos desastres. Para o dicionário do clima da Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), a crise climática é:

A crise climática refere-se aos graves problemas que estão sendo causados, ou provavelmente serão causados, pelas mudanças no clima do planeta, incluindo extremos climáticos e desastres naturais, acidificação dos oceanos e aumento do nível do mar, perda de biodiversidade, insegurança alimentar e hídrica, riscos à saúde, perturbações econômicas, deslocamentos e até mesmo conflitos violentos. Desde 1800, as atividades humanas fizeram com que a temperatura média da Terra aumentasse em cerca de 1,2° C – com mais de dois terços desse aquecimento ocorrendo desde 1975. ... Os cientistas esperam que um aumento acima de 1,5°C comece a levar a uma série de pontos de inflexão perigosos que tornariam muitas mudanças irreversíveis e representariam uma ameaça muito séria à civilização humana (PNUD, 2023, tradução própria¹).

Segundo o relatório publicado pelo Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) em 2021, existem evidências científicas de diversas áreas técnicas que apontam fatos sobre as mudanças que o nosso planeta está vivendo e além disso, o estudo traz contribuições sobre o estado do clima atualmente. A partir de evidências disponíveis no relatório, entendeu-se que é “inequívoco que a influência humana esquentou a atmosfera, os oceanos e a terra e, nesse sentido, ocorreram muitas mudanças rápidas na atmosfera, nos oceanos, na criosfera e na biosfera” (IPCC, 2021).

Ao redor do globo, já é claro e evidente que eventos extremos como secas, incêndios florestais, como tempestades e enchentes estão ocorrendo com maior intensidade e frequência. Nós vivemos em um mundo interconectado em que mudanças em um

¹ No original, em inglês: “The climate crisis refers to the serious problems that are being caused, or are likely to be caused, by changes in the planet’s climate, including weather extremes and natural disasters, ocean acidification and sea-level rise, loss of biodiversity, food and water insecurity, health risks, economic disruption, displacement, and even violent conflict. Since the 1800s, human activities have caused the Earth’s average temperature to increase by about 1.2° C – with more than two-thirds of this warming occurring since 1975. ... Scientists expect that an increase beyond 1.5°C would begin to lead to a series of dangerous tipping points that would make many changes irreversible and pose a very serious threat to human civilization”.

componente alteram uma cadeia complexa de eventos relacionados. Nesse sentido, ondas de calor se espalharam pelo Noroeste Pacífico no verão do Canadá de 2021 e levaram o país a bater recordes de temperatura, a qual atingiu os 49,6°C e resultou em 600 mortes relacionadas ao calor (UNITED NATIONS UNIVERSITY, c2022). Na mesma linha, uma insegurança alimentar que atingiu mais de 1,6 milhão de pessoas no sul de Madagascar foi resultado de uma seca que stressou severamente a vegetação e que, assim, provocou uma diminuição grave na produção de arroz, milho e mandioca (UNITED NATIONS UNIVERSITY, c2022).

No Brasil, as mudanças climáticas resultantes do aquecimento global² assumem a forma de “secas, enchentes e desastres naturais que podem causar redução das colheitas e da produção de alimentos se não houver um conjunto de mudanças e comprometimento para combatê-los (UNICEF BRASIL, 2022)”. Fortes chuvas com deslizamentos de terra e enchentes em Petrópolis (RJ), calor extremo no Rio Grande do Sul (com Uruguaiana registrando 42,1°C em 21 de janeiro de 2022) e excesso de chuvas em São Paulo, Minas Gerais e Pernambuco são pequenos exemplos de como os fenômenos têm surgido no país (UNICEF BRASIL, 2022).

No estudo realizado pelo IPCC, também percebeu-se que “a escala das mudanças recentes no sistema climático como um todo - e o estado atual de muitos aspectos do sistema climático - não tem precedentes em muitos séculos e até em milhares de anos”³ e, junto a isso, é evidente que a influência humana tem condicionado as mudanças climáticas, as quais resultam em climas extremos como ondas de calor, fortes chuvas, secas e ciclones tropicais. Além de um diagnóstico sobre o cenário atual em que estamos, o trabalho também revela cinco futuros climáticos possíveis a partir das evidências presentes: (1) a temperatura da superfície global continuará aumentando e o aquecimento global de 1,5°C e 2°C será superado durante o século XXI a menos que ocorram diminuições drásticas nas emissões de GEE nas próximas décadas; (2) a relação entre o aquecimento global e as mudanças no clima são diretamente proporcionais, e essas mudanças climáticas tocam a realidade na forma de

² O aquecimento global é “um aumento na temperatura média da superfície da Terra que ocorre quando a concentração de gases de efeito estufa na atmosfera aumenta. Esses gases absorvem mais radiação solar e retêm mais calor, fazendo com que o planeta fique mais quente. Queimar combustíveis fósseis, derrubar florestas e criar gado são algumas atividades humanas que liberam gases de efeito estufa e contribuem para o aquecimento global” (PNUD, 2023, tradução própria). No original, em inglês: “*is an increase in the Earth’s average surface temperature that occurs when the concentration of greenhouse gases in the atmosphere increases. These gases absorb more solar radiation and trap more heat, thus causing the planet to get hotter. Burning fossil fuels, cutting down forests, and farming livestock are some human activities that release greenhouse gases and contribute to global warming*”.

³ No original, em inglês: “The scale of recent changes across the climate system as a whole – and the present state of many aspects of the climate system – are unprecedented over many centuries to many thousands of years”. (UNITED NATIONS UNIVERSITY, c2022)

aumentos na frequência e na intensidade de ondas de calor, de secas, de ciclones tropicais, entre outros; (3) existe a previsão de que a continuidade do aquecimento global altere e intensifique os ciclos da água; (4) no caso da continuidade das emissões de CO², as formas naturais do planeta lidar com essas emissões serão menos eficazes para evitar o acúmulo na atmosfera e (5) as mudanças climáticas causadas pela emissão de GEE já são irreversíveis por séculos e milênios, em especial as mudanças no oceano, nas camadas de gelo e no nível do mar (IPCC, 2021).

As questões levantadas pelo relatório apontam um potencial de perdas de vidas humanas, de animais, de vegetações, de oceanos e muito mais. Vivemos um problema que, se não agirmos rápido, com coordenação e continuidade, continuará atacando a vida na Terra. Ao apresentar conclusões sobre o futuro das mudanças climáticas, o estudo traz duas perspectivas. Primeiramente, entende-se que é necessário atingir zero emissões de CO² juntamente com grandes reduções em outros gases do efeito estufa, como o CH₄ (metano), o que limitaria o efeito de aquecimento pois a diminuição da poluição melhoraria a qualidade do ar. Junto a isso, cenários com baixas emissões de GEE podem levar a efeitos notáveis na qualidade do ar se comparados a cenários de altas emissões de GEE. Em cenários de reduções constantes de emissões, serão perceptíveis alterações positivas nas tendências das temperaturas globais em cerca de vinte anos, enquanto outras mudanças positivas levariam tempos mais longos para se desenvolverem (IPCC, 2021).

Podemos perceber que a questão é urgente e que exige ação coletiva coordenada imediata. É observável, também, uma insuficiência nos esforços dos países em reduzir as emissões de GEE, de forma que as mudanças climáticas, resultantes do aquecimento global, estão ficando cada vez mais preocupantes. Em discurso no lançamento do relatório do Grupo de Trabalho III (sobre mitigação das mudanças climáticas) do IPCC em 2022, António Guterres, o secretário-geral da Organização das Nações Unidas (ONU), não poupou palavras para denunciar o desastre que tornará o planeta inabitável se não agirmos agora:

O júri chegou a um veredicto. E é condenatório. Este relatório do IPCC é uma longa enumeração de promessas climáticas não cumpridas. É um arquivo da vergonha, catalogando as promessas vazias que nos colocam firmemente no caminho para um mundo inabitável. Estamos em um caminho rápido para o desastre climático: Principais cidades debaixo d'água. Ondas de calor sem precedentes. Tempestades aterrorizantes. Falta de água generalizada. A extinção de um milhão de espécies de plantas e animais. Isso não é ficção ou exagero. É o que a ciência nos diz que resultará de nossas atuais políticas energéticas. Estamos a caminho de um aquecimento global de mais do dobro do limite de 1,5 grau acordado em Paris. Alguns líderes governamentais e empresariais estão dizendo uma coisa – mas

fazendo outra. Simplificando, eles estão mentindo. E os resultados serão catastróficos. Esta é uma emergência climática. Cientistas do clima alertam que já estamos perigosamente perto de pontos de inflexão que podem levar a impactos climáticos em cascata e irreversíveis. Mas governos e corporações de alta emissão não estão apenas fechando os olhos; eles estão adicionando combustível às chamas. Eles estão sufocando nosso planeta, com base em seus interesses e investimentos históricos em combustíveis fósseis, quando soluções mais baratas e renováveis proporcionam empregos verdes, segurança energética e maior estabilidade de preços. (NAÇÕES UNIDAS BRASIL, 2022)

Dessa forma, as ações práticas para os Estados diminuírem o seu impacto negativo no planeta precisam ser discutidas através de espaços de diálogo e precisam ser enxergadas como prioridade por tomadores de decisão. Promessas precisam virar ações no mundo real para evitarmos a destruição de diversas manifestações de vida do nosso planeta, porém, o que vemos são muitos discursos, negócios e planos de ação frágeis e vazios que não abrangem o tamanho e a magnitude do problema.

2.1 ATUAÇÃO INTERNACIONAL E FINANCIAMENTO

A interação entre questões ambientais, econômicas e políticas é de muita proximidade e de entrelaçamento. Nos anos 1990, os esforços internacionais para dialogar sobre o clima começaram a ganhar mais força com a adoção da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (1992) e com a adoção do Protocolo de Kyoto (1997). A Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima estruturou um mecanismo de reuniões regulares (Conferência das Partes) com o propósito de visitar metas da própria Convenção e de promover diálogos e decisões. Com o Protocolo de Kyoto (1997), adotado no âmbito da Conferência das Partes da Convenção, começaram a ser desenhadas e colocadas em prática obrigações específicas para os Estados desenvolvidos e para os em desenvolvimento. Apesar dos debates e da popularização do problema, esse período não trouxe grandes avanços práticos na realidade (SCOVAZZI, 2021).

Em 2015, o Acordo de Paris surgiu como um novo instrumento para regular as mudanças climáticas globais. Ele é composto por 140 parágrafos que pretendem fortalecer a resposta global aos desafios climáticos, conter o aumento da temperatura e fortalecer a capacidade de adaptação⁴ aos impactos negativos das mudanças climáticas. Além desses

⁴ Adaptação “refere-se a ações que ajudam a reduzir a vulnerabilidade aos impactos atuais ou esperados das mudanças climáticas. Exemplos de adaptação incluem o plantio de variedades de culturas que são mais

focos, o documento também menciona um direcionamento de fluxos financeiros a um desenvolvimento com baixas emissões de GEE, de forma que os países desenvolvidos forneçam recursos financeiros para ajudar os Estados em desenvolvimento nas metas de mitigação⁵ e de adaptação (SCOVAZZI, 2021).

No mesmo ano, foram estabelecidos os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) com a Agenda 2030, a qual formaliza o compromisso assumido pelos 193 Estados-membros da ONU (incluindo o Brasil) de entregar qualidade de vida para todos os seres humanos de forma que não comprometa o meio ambiente e as gerações futuras. A agenda se divide em 17 ODS e, com metas norteadoras, alinha a comunidade internacional em direção aos objetivos comuns de erradicar a pobreza, de criar energia limpa e acessível, de cuidar da vida na água, de cuidar da vida terrestre, entre outros.⁶ Ao longo do trabalho, será apontado como os ODS são utilizados pelo mercado financeiro para promover negócios em uma nova categoria de ativos para manter suas taxas de retorno.

Até os dias de hoje, o espaço de diálogo internacional sobre as mudanças climáticas que mais recebe atenção é o da COP (Conference of Parties ou Conferência das Partes)⁷, conferência anual que reúne grandes tomadores de decisões de diversas nações. Como

resistentes à seca ou mudanças nas condições, manejo da terra para reduzir os riscos de incêndios florestais, construção de defesas mais fortes contra inundações, realocação de infraestrutura de áreas costeiras afetadas pelo aumento do nível do mar e desenvolvimento de mecanismos de seguro específicos para ameaças relacionadas ao clima” (PNUD, 2023, tradução própria). No original, em inglês: “*refers to actions that help reduce vulnerability to the current or expected impacts of climate change. Examples of adaptation include planting crop varieties that are more resistant to drought or changing conditions, managing land to reduce wildfire risks, building stronger flood defenses, relocating infrastructure from coastal areas affected by sea level rise, and developing insurance mechanisms specific to climate-related threats*”.

⁵ Mitigação “refere-se a qualquer ação tomada por governos, empresas e pessoas para reduzir, sequestrar ou prevenir as emissões de gases de efeito estufa. Exemplos de mitigação incluem a transição para energia renovável como eólica e solar, investimento em transporte livre de carbono, promoção da agricultura sustentável e uso da terra, plantio de florestas para atuar como sumidouros de carbono e mudança de práticas de consumo e hábitos alimentares” (PNUD, 2023, tradução própria). No original, em inglês: “*refers to any action taken by governments, businesses, and people to reduce, sequester, or prevent greenhouse gas emissions. Examples of mitigation include transitioning to renewable energy like wind and solar, investing in carbon-free transportation, promoting sustainable agriculture and land use, planting forests to act as carbon sinks, and changing consumption practices and diet behaviors*”.

⁶ Os 17 ODS são: Erradicação da Pobreza; Fome Zero e Agricultura Sustentável; Saúde e Bem Estar; Educação de Qualidade; Igualdade de Gênero; Água Potável e Saneamento; Energia Limpa e Acessível; Trabalho Decente e Crescimento Econômico; Indústria, Inovação e Infraestrutura; Redução das Desigualdades; Cidades e Comunidades Sustentáveis; Consumo e Produção Sustentáveis; Ação Contra a Mudança Global do Clima; Vida na Água; Vida Terrestre; Paz, Justiça, e Instituições Eficazes; Parcerias e Meios de Implementação (NAÇÕES UNIDAS BRASIL, 2023).

⁷ A Conferência das Partes (COP) é um órgão com poder de decisão pertencente à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (CQNUMC) estabelecida em 1992. Todos os anos, os países signatários da convenção se reúnem para avaliar o progresso na aplicação da mesma. Durante a COP 21, realizada em 2015, surgiu o Acordo de Paris, o qual reconhece de forma explícita que as alterações climáticas representam uma ameaça imediata (OBSERVATÓRIO DO CLIMA, 2022).

mencionado, ela é um local para negociações entre governos do mundo inteiro, para reunir administradores de todos os níveis e para, também, incluir a sociedade civil e a mídia nos debates sobre as mudanças climáticas (UNITED NATIONS CLIMATE CHANGE, [2023]). Apesar de ser um espaço com muito potencial para trocas e identificação de oportunidades para a atuação climática internacional, a ação prática dos Estados tem deixado muito a desejar. Nesse ritmo, não será possível eliminar as emissões de GEE e CO², o que precisaria acontecer para, em aproximadamente 10 anos de estabilidade, o clima do planeta voltar lentamente ao normal segundo relatórios do IPCC.

Na COP27, realizada em Sharm el-Sheikh (Egito) em 2022, foram mencionados pela primeira vez os riscos da insegurança alimentar, os pontos de inflexão climáticos e a necessidade de reformas no sistema financeiro. Nesse sentido, nessa conferência, um dos maiores resultados foi um fundo de “perdas e danos” destinado aos países em vulnerabilidade e um programa de trabalho em mitigação para acelerar ações nessa direção. Além disso, discussões sobre trabalhos em agricultura, facilitações financeiras pelo Banco Mundial para dar assistência a adaptações relacionadas aos riscos climáticos (WORLD BANK, 2022) e a criação de uma “Aliança para deter o Desmatamento” entre Brasil, Indonésia e República Democrática do Congo (REUTERS, 2023a) também foram destaque. Vale destacar que, na COP27, definições importantes como quem contribuiria para o fundo e quem se beneficiaria dele ficaram em aberto. Além disso, a falta de comprometimento com a superação dos combustíveis fósseis causou uma frustração geral (EPRS, 2022).

Para a COP28, que será sediada nos Emirados Árabes Unidos (país exportador de petróleo, combustível fóssil que gera emissões de CO²) em 2023, a expectativa é que haja ainda mais avanços nas questões relacionadas à disponibilidade de recursos financeiros para países em situação de maior vulnerabilidade. Nesse sentido, Sultan al-Jaber, que presidirá o evento e que também é chefe da ADNOC (empresa estatal de petróleo dos Emirados Árabes Unidos) disse que “a cúpula da COP28 também visa estabelecer um fundo prometido para compensar os países mais pobres onde as mudanças climáticas estão causando danos irreparáveis” (REUTERS, 2023b). O evento, em 2023, será o espaço em que a avaliação global da implementação do Acordo de Paris, definida no Art. 14 do Acordo, acontecerá pela primeira vez (SCOVAZZI, 2021).

O tema das finanças climáticas está cada vez mais recorrente nas estratégias de ação para lidar com as mudanças consequentes do aquecimento global. O financiamento climático:

É fundamental para lidar com as mudanças climáticas devido aos investimentos em larga escala necessários para a transição para uma economia global de baixo carbono e para ajudar as sociedades a criar resiliência e se adaptar aos impactos das mudanças climáticas. O financiamento climático pode vir de diferentes fontes, públicas ou privadas, nacionais ou internacionais, bilaterais ou multilaterais. Pode empregar diferentes instrumentos, como subvenções e doações, títulos verdes, trocas de dívidas, garantias e empréstimos concessionais. E pode ser usado para diferentes atividades, incluindo mitigação, adaptação e construção de resiliência (PNUD, 2023).

Dessa forma, apesar de um aprofundamento nas discussões sobre recursos para adaptação e para a mitigação, pontos centrais que definem os encaminhamentos necessários à justiça climática⁸ ainda se encontram em aberto. Como os diálogos ainda não destravaram completamente a questão do financiamento climático, as ações práticas na realidade ficam cada vez mais distantes e, na mesma linha, apesar de a Agenda 2030 ser um instrumento adotado pelos 193 Estados membros, ela apresenta desdobramentos distantes da ousadia das metas desenhadas pelos ODS. Nesse contexto de muito trabalho a ser feito e de poucos atores dedicando a atenção que o assunto merece, surgem organizações e instituições que pretendem preencher esse espaço vazio e influenciar os tomadores de decisão com informações, com orientações e com direcionamentos. O presente trabalho estuda uma dessas instituições, os chamados Think Tanks.

⁸ “Um aspecto da justiça climática está relacionado à responsabilidade histórica desigual que os países carregam em relação à crise climática. O conceito sugere que os países, indústrias e negócios que enriqueceram com as atividades que mais emitiram gases de efeito estufa têm a responsabilidade de ajudar a mitigar os impactos das mudanças climáticas sobre os afetados, particularmente os países e comunidades mais vulneráveis, que muitas vezes são os que menos contribuíram para a crise. Mesmo dentro do mesmo país, devido às desigualdades estruturais com base em raça, etnia, gênero e status socioeconômico, as responsabilidades de lidar com a mudança climática precisam ser divididas de forma justa, com a maior responsabilidade recaindo sobre aqueles que contribuíram e se beneficiaram com a causa da mudança climática, a maior crise”. (PNUD, 2023, tradução própria). No original, em inglês: “*One aspect of climate justice relates to the unequal historical responsibility that countries bear in relation to the climate crisis. The concept suggests that the countries, industries, and businesses that have become wealthy from activities that emitted the most greenhouse gas emissions have a responsibility to help mitigate the impacts of climate change on those affected, particularly the most vulnerable countries and communities, who often are the ones that have contributed the least to the crisis. Even within the same country, because of structural inequalities based on race, ethnicity, gender, and socioeconomic status, the responsibilities in addressing climate change need to be divided fairly, with the biggest responsibility resting on those who have contributed to and benefited from causing the crisis the most.*”

3 O QUE É UM THINK TANK?

Em “Think Tanks: Quem São, Como Atuam e Qual Seu Panorama de Ação no Brasil”, Hauck (2015) apresenta em detalhes as discussões no campo da ciência política sobre Think Tanks. Para entendermos o fenômeno, é importante mantermos em mente que o mundo complexo em que vivemos exige que formuladores de políticas tenham acesso a informações técnicas compreensíveis, confiáveis e úteis para tomarem as melhores decisões possíveis. Nesse cenário, a oferta de conhecimento técnico pode ser suprida por agências governamentais, por centros acadêmicos, por agências internacionais, por think tanks, entre outros. Portanto, o tipo de instituição que vamos observar se especializa em oferecer produtos de conhecimento e opera com base em doações financeiras, visibilidade midiática, inserção política e conhecimento técnico.

Com uma origem incerta, diferentes estudiosos apontam diferentes inícios e distintas trajetórias históricas. O uso do termo se expandiu com timidez ao longo dos anos 1940 e, ao chegar nos anos 1970 e nos anos 1980, começou a ser ainda mais utilizado. Além da existência de TTs aumentar em número, ela também ampliou o seu espaço de atuação pois, anteriormente, era limitada a países anglo-americanos e, na sequência, se expandiu para países em desenvolvimento e para antigos países comunistas. O termo think tank, além disso, ainda não é um consenso no estudo do fenômeno. Hauck (2015) revisou os trabalhos acadêmicos realizados no campo nos últimos anos para tentar encontrar um conceito que fizesse sentido dentro da categoria de análise e apontou toda a disputa conceitual que ocorre nesse campo de estudos. Para a autora, entre as conclusões alcançadas a partir das exposições e análises, percebe-se a persistência dos conceitos de think tanks “construídos em torno do eixo autonomia e independência da organização, opção que tem se mostrado contraproducente para o entendimento do fenômeno”.

Para a continuidade da análise, será adotada a abordagem alternativa que Hauck (2015) propõe para essa falta de entendimento sobre o que, afinal, são TTs. Ela apresenta um aprofundamento na obra de Medvetz (2008, 2010, 2012) para mobilizar um conceito do que são Think Tanks. Precisamos entender, antes de tudo, que as dinâmicas de funcionamento dos TTs faz com que eles sejam orientados pela busca de quatro resultados: acesso político, credibilidade intelectual, recursos para operar e visibilidade pública e midiática. Nesse sentido, as organizações que são TTs são orientadas para variadas ações que envolvem buscar esses objetivos.

Para Medvetz (2010), podemos pensar em Think Tanks como organizações híbridas que se apropriam de “idiomas” de outras áreas, ou seja, formas de ação, estratégias e procedimentos de outras instituições. Dessa forma, foram quatro os idiomas que os TTs “pegaram emprestado” de outros tipos de instituições: o idioma acadêmico, o do assessor de políticas, o do empreendedor e o do especialista midiático. A utilização desses idiomas é o que apoia os TTs na perseguição dos resultados mencionados anteriormente. Nesse sentido, o think tanker acadêmico possui conhecimento técnico avançado e possui habilidades analíticas diferenciadas. O think tanker com o idioma do assessor político tem familiaridade com questões de ordem política, com detalhes de procedimentos, com os ritmos temporais, entre outros. O think tanker como empreendedor tem como foco promover e vender os seus produtos de conhecimento para três tipos de consumidores: legisladores, financiadores e jornalistas. Por fim, o think tanker como especialista midiático deve ter habilidade em uma comunicação acessível e simples para não-especialistas digerirem o conteúdo com facilidade.

Figura 1 - Espaços sociais de Bourdieu e os *think tanks*



Fonte: Adaptado de Medvetz (2008, p. 6, tradução própria).

Dessa forma, Medvetz (2010) argumenta que os think tanks trabalham de diversas formas com os quatro idiomas. Apesar de serem quatro os tipos de atuação, na prática, essa estrutura de idiomas se apresenta de forma bipolar, pois os objetivos de três dos quatro idiomas (acesso político, empreendedorismo e visibilidade) se alinham com facilidade e o

mesmo não acontece entre eles com o objetivo da credibilidade acadêmica. Assim, um padrão “três contra um” é criado.

O acesso político, por exemplo, costuma ser um benefício para a visibilidade midiática de um especialista em políticas, o que, por sua vez, pode moldar positivamente sua capacidade de captação de recursos. O objetivo do rigor acadêmico, por outro lado, exige com mais frequência um certo isolamento das pressões comerciais, liberdade da censura política e relativa indiferença à publicidade. Assim, sobrepor a estrutura de quatro pontas do papel do especialista em políticas é uma grande oposição entre credibilidade intelectual, de um lado, e poder temporal, de outro (MEDVETZ, 2010, tradução própria⁹).

Em relação ao campo de poder de Bourdieu, Medvetz (2012) sugere a criação da ideia da “organização de fronteira”, que é um tipo de instituição que se situa em um local intermediário entre múltiplas esferas diferentes e que media a relação entre essas esferas mais estabelecidas. Nesse sentido, o autor esclarece que os think tanks são organizações que exercem influência na política e que estão situadas em fronteiras e em “espaço entre campos”, que são situações em que é difícil determinar onde uma atividade começa e outra termina. Essas características dão origem a um comportamento muito comum em TTs, que é o objetivo de se diferenciar de instituições similares. Com uma lógica de “destacamento e associação”, os TTs buscam evidenciar suas diferenças em relação a universidades, a ativistas, a empresas, a agências estatais, entre outros. Junto a isso, esse tipo de organização procura se envolver com essas outras instituições e, com isso, acumular uma autoridade resultante dessa relação. Com esse movimento, um padrão de se destacar e se associar é percebido no modo dos TTs operarem. A partir das leituras de Medvetz (2008, 2010, 2012), Hauck (2015) construiu uma definição que cobre os aspectos vistos anteriormente e que se adapta a diferentes casos e realidades:

Think tanks são organizações focadas em influenciar o processo político, direta ou indiretamente, com ideias afetas às políticas públicas. Após sua geração ou compilação por seus especialistas, utilizam diferentes estratégias para promovê-las – junto à opinião pública, à mídia, aos formuladores de políticas e aos tomadores de decisão, em tempo hábil e oportuno para o aproveitamento das janelas de políticas e visando o levantamento de recursos que mantenham suas operações. Para tal, se utilizam de expedientes organizacionais de instituições mais estabelecidas para coleta e montagem

⁹ No original, em inglês: “Political access, for example, is often a boon to a policy expert’s media visibility, which may in turn positively shape his or her fundraising capacity. The goal of scholarly rigor, on the other hand, more often demands a certain insulation from commercial pressures, freedom from political censorship, and relative indifference to publicity. Thus, overlaying the four- cornered structure of the policy expert’s role is a master opposition between intellectual credibility, on the one side, and temporal power, on the other”.

das formas de autoridade que as aproximam de seus resultados de interesse, a saber: expedientes acadêmicos para geração de credibilidade intelectual, expedientes da dinâmica política para geração de acesso político, expediente dos empreendedores para gerar recursos e “vender” suas ideias e, por fim, expediente dos especialistas de mídia para gerar publicidade e visibilidade a essas mesmas ideias. (HAUCK, 2015, p.64)

Portanto, foi escolhido o conceito levantado por Hauck (2015) para entendermos o fenômeno dos Think Tanks ao longo do presente trabalho. Os esforços da autora contribuíram para a criação de bases para um entendimento mais profundo sobre o funcionamento desse tipo de organização em diferentes contextos e em diferentes tempos. Somado a isso, a identificação de áreas estratégicas de atuação de Think Tanks (acesso político, ação empreendedora, ação midiática e produção acadêmica) e de áreas em que eles exercem poder (*policy making*, sobreposição e campo próprio de atuação) contribui para entendermos e enxergarmos os mecanismos através dos quais essas organizações sobrevivem.

3.1 QUEM É O WORLD RESOURCES INSTITUTE?

O “Global Go To Think Tank: Index Report 2020”, da Universidade da Pensilvânia, categorizou e listou Think Tanks de acordo com a sua área de atuação. Em meio a diversos rankings, é possível encontrar a lista de “Top Think Tanks de Política Ambiental”, em que 99 Think Tanks foram elencados. Para limitar a abrangência do estudo, foram selecionadas as 10 primeiras instituições da lista, que são: (1) Ecologic Institute (Alemanha); (2) Stockholm Environment Institute (SEI) (Suécia); (3) Potsdam Institute for Climate Impact Research (PIK) (Alemanha); (4) Resources for the Future (RFF) (Estados Unidos); (5) Center for Climate and Energy Solutions (C2ES) (Estados Unidos); (6) Worldwatch Institute (WRI) (Estados Unidos); (7) Third Generation Environmentalism E3G (Reino Unido); (8) World Resources Institute (WRI) (Estados Unidos); (9) Wuppertal Institute for Climate, Environment and Energy (Alemanha) e (10) Copenhagen Consensus Center (CCC) (Dinamarca). A partir disso, para focar o estudo no Brasil, foram eliminadas as organizações que não possuem atividades em território brasileiro e, dessa forma, foi identificado que apenas o WRI possui atividade no Brasil. Justifica-se, assim, a escolha da organização para a continuidade do estudo (THINK TANKS & CIVIL SOCIETIES PROGRAM, 2021).

O World Resources Institute se apresenta como um “parceiro para a mudança” com aproximadamente 1.800 colaboradores ao redor do mundo com profundo conhecimento em

sistemas de alimentos e em uso de terra, em energia, em cidades e mais. A organização divide a sua atuação em 11 “tópicos”: cidades, clima, energia, alimentos, florestas, água potável, oceano, equidade, negócios, finanças e economia (WORLD RESOURCES INSTITUTE, c2023d). O WRI Brasil, como um braço brasileiro da instituição, se descreve como:

[...] um instituto de pesquisa que transforma grandes ideias em ações para promover a proteção do meio ambiente, oportunidades econômicas e bem-estar humano. Atua no desenvolvimento de estudos e implementação de soluções sustentáveis em clima, florestas e cidades. Alia excelência técnica à articulação política e trabalha em parceria com governos, empresas, academia e sociedade civil (WRI BRASIL, c2023e).

Dessa forma, é evidente o foco do WRI Brasil em assuntos relacionados ao clima, às florestas e às cidades. A organização também explica que faz parte do World Resources Institute (WRI), instituição global de pesquisa com atividades em mais de 50 países e com escritórios no Brasil, na China, nos Estados Unidos, na Europa, no México, na Índia, na Indonésia e na África. Para fins de transparência, o ramo brasileiro da organização também disponibiliza relatórios que detalham resultados financeiros e informações sobre os doadores ano a ano a partir de 2014 (WRI Brasil, c2023f).

O WRI global, fundado em 1982 e sediado em Washington, se apresenta destacando os 40 anos de atuação da organização. O instituto se define como um local de trabalho baseado em evidências e na ciência que conduz pesquisas rigorosas sobre políticas globais ambientais e sobre questões de desenvolvimento. De acordo com a descrição da evolução da organização:

O foco inicial do WRI estava nos Estados Unidos. Mas limitar seus esforços a um único país era inconsistente com sua visão. Para ampliar seu alcance, em 1988, assumiu a filial norte-americana do Institute for International Environment and Development (IIED), importante contratante da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID). Ao absorver o escritório do IIED em Washington, o WRI tornou-se um contratante de ajuda com um portfólio de projetos ambientais e de desenvolvimento em todo o mundo (WORLD RESOURCES INSTITUTE, c2023b, tradução própria¹⁰).

¹⁰ No original, em inglês: “WRI’s initial focus was on the United States. But limiting its efforts to a single country was inconsistent with its vision. To broaden its reach, in 1988, it took over the North American branch of the Institute for International Environment and Development (IIED), a major contractor for the US Agency for International Development (USAID). In absorbing IIED’s Washington office, WRI became an aid contractor with a portfolio of environmental and development projects around the world” (WORLD RESOURCES INSTITUTE, c2023b).

A organização relata que se abriu ao mundo corporativo para explorar formas de mobilizar as “forças do mercado” para proteger os recursos naturais. Ao longo desse caminho, ela criou fortes parcerias com grandes corporações multinacionais como General Electric e Caterpillar e, dessa forma, explica que construiu um suporte corporativo para agir em relação à mudança climática. Nesse sentido, o artigo que apresenta o WRI global diz que:

Ao longo dos anos, o WRI ganhou reputação por propor soluções práticas com base em análises rigorosas. Sua abordagem não-partidária e baseada em evidências traz todos os tomadores de decisão para a mesa, incluindo um profundo envolvimento de longo prazo com governos, corporações, líderes municipais e comunidades. Tornou-se líder no uso de novas tecnologias e big data para informar melhor a tomada de decisões. E coloca a equidade no centro de todo o seu trabalho” (WORLD RESOURCES INSTITUTE, c2023b, tradução própria¹¹).

Conforme vimos nos estudos de Hauck (2015), podemos perceber que, ao menos, três elementos da definição construída pela autora para identificar TTs se mostraram presentes na autodescrição do WRI global. Primeiramente, cabe destacar como a frase “ao longo dos anos, o WRI ganhou reputação por propor soluções práticas com base em análises rigorosas” lembra a característica de think tanks buscarem se destacar através do diferencial acadêmico supostamente técnico e neutro a fim de ganharem credibilidade.

Em segundo lugar, a frase “sua abordagem não partidária e baseada em evidências traz todos os tomadores de decisão para a mesa, incluindo um profundo envolvimento de longo prazo com governos, corporações, líderes municipais e comunidades” se conecta com intimidade ao conceito criado por Hauck, o qual entende que, após a criação de produtos de conhecimento e de ideias, os TTs buscam diferentes táticas para promover esses produtos junto à opinião pública, à mídia, aos formuladores de políticas e aos tomadores de decisão dentro de um tempo hábil e estratégico, o que é importante para aproveitar oportunidades dos ciclos políticos a fim de ganhar mais visibilidade e de levantar mais recursos (HAUCK, 2015).

Da mesma forma, a necessidade de evidenciar o que o WRI “tornou-se líder no uso de novas tecnologias e big data para informar melhor a tomada de decisões e que coloca a equidade no centro de todo o seu trabalho” encaixa com o entendimento de Hauck (2015) de

¹¹ No original, em inglês: “Over the years, WRI has earned a reputation for proposing practical solutions based on rigorous analysis. Its evidence-based, non-partisan approach brings all decision-makers to the table, including deep long-term engagement with governments, corporations, city leaders and communities. It has become a leader in the use of new technologies and big data to inform better decision-making. And it puts equity at the heart of all its work” (WORLD RESOURCES INSTITUTE, c2023b).

think tanks se esforçarem em trazer visibilidade para trabalhos acadêmicos realizados a fim de conquistar credibilidade intelectual. O WRI entende a sua categorização como think tank e brinca que é, também, um “do tank”. Dessa forma, no histórico da organização, consta que:

O WRI reconheceu que não poderia criar mudanças significativas no mundo enquanto atuasse apenas como um “think tank” – também precisava ser um “do tank”, usando sua pesquisa para trazer soluções. A abordagem “Count It, Change It, Scale It”¹² do WRI orienta seu trabalho (WORLD RESOURCES INSTITUTE, c2023b, tradução própria¹³).

Assim, a organização se desenha como um think tank diferenciado, com impactos na realidade material que ultrapassam a produção de conhecimento e produtos intelectuais. A atuação do WRI no seu país de origem, os Estados Unidos, se limita aos tópicos de clima e de energia. Em relação às ações voltadas para o clima, a organização revela que “age nos níveis federal, estadual e local para garantir sustentabilidade, prosperidade e um futuro para todos os americanos” (WORLD RESOURCES INSTITUTE, c2023c). Os esforços investidos no programa de energia são na orientação de uma descarbonização do setor, de forma que movam os sistemas de energia para longe dos combustíveis fósseis, que são responsáveis por grande parte das emissões de GEE (WORLD RESOURCES INSTITUTE, c2023a).

Assim, a organização se move em direção à produção de conhecimento científico para garantir autoridade, busca se inserir no campo político para procurar oportunidades, constrói a própria imagem com confiança para garantir a admiração de políticos, de financiadores e da mídia e mantém uma comunicação simples para se conectar com diferentes tipos de pessoas. Em uma fronteira entre vários campos de atuação, o WRI se molda a realidades locais e consegue atuar em mais de 50 países com o apoio financeiro de doadores internacionais como Bezos Earth Fund, U.S. Agency for International Development (USAID), Bloomberg Philanthropies, HSBC Bank USA, Ford Foundation, Shell Foundation, Google Inc, entre outros (WORLD RESOURCES INSTITUTE, 2021).

¹² “Count It: Começamos com dados, criando sistemas de informação, protocolos e padrões. Change It: Trabalhamos com líderes de cidades, empresas e países para alcançar mudanças, testando nossas ideias em situações complexas e confusas do mundo real. Scale It: identificamos e superamos barreiras à mudança para que soluções comprovadas se espalhem rápida e amplamente” (WORLD RESOURCES INSTITUTE, c2023b, tradução própria).

¹³ No original, em inglês: “WRI recognized that it could not create meaningful change in the world while acting only as a “think tank” — it also needed to be a “do tank,” using its research to bring about solutions. WRI’s “Count It, Change It, Scale It” approach guides its work”.

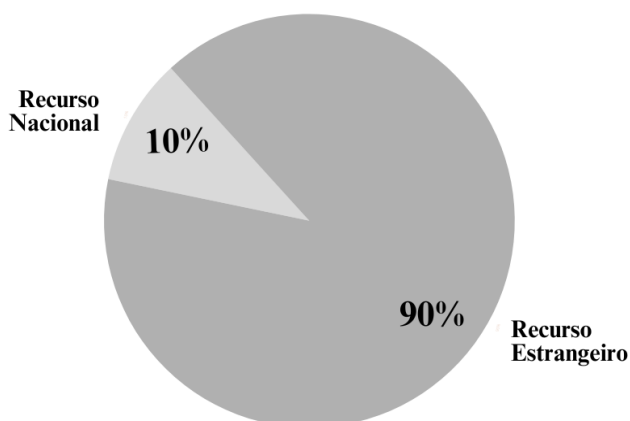
3.2 RELAÇÃO ENTRE O WRI E O FINANCIAMENTO SUSTENTÁVEL

Dentro das estruturas do WRI Brasil, a instituição desenvolve projetos específicos relacionados a cada um dos três tópicos que ela se propõe a abordar. Desta maneira, existem projetos relacionados ao tópico de florestas, assim como existem projetos relacionados ao tópico de cidades ou de clima. No Brasil, a organização reúne mais de 60 colaboradores dedicados a esses três temas e, para a realização deste estudo, o foco será direcionado para os projetos do Programa de Cidades (WRI BRASIL, c2023b).

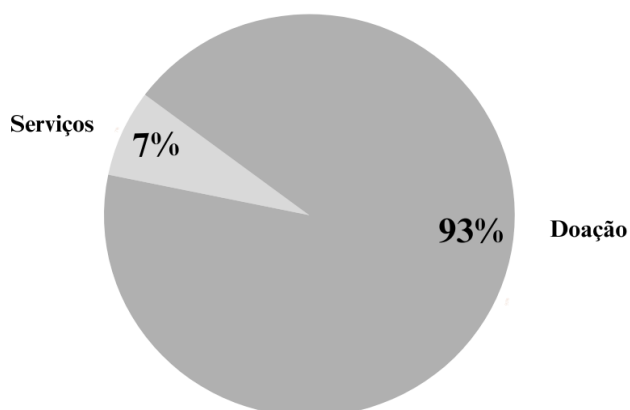
Ao apresentar a sua atuação no campo das cidades sustentáveis, a organização expõe o desafio que pretende superar. Dessa forma, o WRI Brasil relata que as cidades merecem atenção especial em razão de 86% da população brasileira viver em cidades e por esses espaços apresentarem desigualdades profundas nas oportunidades de acesso à infraestrutura e a serviços como, por exemplo, transporte, moradia, emprego e saneamento. Assim, para a organização, a emergência climática se apresenta como mais um desafio que aprofunda desigualdades já existentes e que, por isso, uma mudança no modelo de desenvolvimento das cidades é um tema profundamente relevante (WRI BRASIL, c2023b). Nesse contexto, a intenção do WRI Brasil é trabalhar por cidades mais resilientes que proporcionem qualidade de vida às pessoas através de transformações urbanas que reduzam as emissões de GEE. Com as seções de Mobilidade Urbana e de Desenvolvimento Urbano, o Programa de Cidades lidera diversos projetos com os propósitos mencionados acima.

Seguindo a mesma lógica do WRI global, os programas e os projetos que a organização produz se propõem a orientar tomadas de decisão para, assim, influenciar o ambiente político em que se inserem. A partir dessa influência, a organização consegue se destacar e ganhar mais autoridade, o que favorece a captação de possíveis financiadores e doadores para as atividades que realiza. Em relatório de 2021, o WRI Brasil detalha as origens dos seus recursos e lista os seus financiadores, entre os quais estão o Governo da Dinamarca, o Banco Mundial, o Departamento de Negócios, Energia e Estratégias Industriais do Reino Unido, entre outros.¹⁴

¹⁴ Agência Alemã de Cooperação Internacional (GIZ), Alcoa Foundation, Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento, Bernard Van Leer Foundation, Bezos Earth Fund, Bloomberg Philanthropies, Cargill, Caterpillar Foundation, Corporación Andina de Fomento, Departamento de Negócios, Energia e Estratégias Industriais do Reino Unido, FedEx Corporation, Fórum Florestal da Bahia, Fundação Renova, Good Energies Foundation, Governo da Dinamarca, ICLEI - Governos Locais pela Sustentabilidade, Iniciativa Internacional de Clima e Floresta da Noruega (NICFI), Iniciativa para o Comércio Sustentável (IDH) com apoio da Laudes Foundation, Instituto Arapyaú, Instituto Clima e Sociedade (iCS), Instituto Humanize, Itaú Unibanco S.A, Ministério do Clima e do Meio Ambiente da Noruega, Iniciativa Internacional para o Clima do Ministério Federal do Meio Ambiente, Proteção da Natureza, Segurança Nuclear e Proteção

Gráfico 1 - Composição da arrecadação em 2021

Fonte: WRI Brasil (2021).

Gráfico 2 - Tipo de receita em 2021

Fonte: WRI Brasil (2021).

Como exemplos de projetos do Programa de Cidades podemos citar o Ruas Completas (em que ruas são planejadas e desenhadas para ampliar a segurança e o conforto de pedestres, de ciclistas, de usuários de transporte coletivo, entre outros) (WRI BRASIL, c2023d), o Cities4Forests (movimento liderado por cidades para melhorar a resiliência urbana, o bem-estar humano e a proteção da biodiversidade através do cuidado com florestas) (WRI BRASIL, c2023c), o TUMI Missão Ônibus Elétricos (uma coalizão internacional que apoia 20 cidades para que se tornem líderes na utilização de ônibus elétricos) (WRI BRASIL, c2023g) e, junto a outros projetos, podemos citar também o Acelerador de Soluções Baseadas na Natureza em Cidades.

do Consumidor da Alemanha, Stephen M Ross Philanthropies, World Resources Institute (WRI BRASIL, 2021).

O Acelerador, orientado para o mesmo objetivo de tornar cidades lugares mais sustentáveis e resilientes, é um projeto que pretende capacitar servidores públicos de diferentes instâncias para que eles desenvolvam projetos de Soluções Baseadas na Natureza (SBN)¹⁵ que sejam robustos o suficiente para transmitirem segurança e para serem bancados por instituições financeiras. Destaca-se que os projetos de SBN são, normalmente, conectados aos ODS pois envolvem manejo de águas, cidades sustentáveis, saúde e bem-estar, entre outros. No mais, o Acelerador de SBN em Cidades se insere no setor de Financiamento Urbano, o qual faz parte da seção de Desenvolvimento Urbano dentro do Programa de Cidades. Dessa forma, a organização contextualiza a existência do Acelerador a partir de uma lacuna no acesso aos recursos necessários para a realização de uma infraestrutura resiliente, inclusiva e que mitigue riscos de desastres (WRI BRASIL, c2023a).

Assim, em um esforço para catalisar projetos de SBN nas cidades, o WRI Brasil estruturou e lançou o Acelerador a fim de disponibilizar os conhecimentos disponíveis no campo da estruturação de projetos urbanos de SBN, que incluem Técnica de SBN, Estruturação Financeira, Governança e Pitch. Portanto, a intenção do programa é que os projetos de infraestrutura verde idealizados pelo setor público avancem na sua estruturação e aumentem as possibilidades de atrair a atenção de financiadores, entendidos como parceiros. O Acelerador, depois de selecionar 10 projetos de SBN em fase de ideação, realizou as capacitações com especialistas, ajudou na construção de planos de desenvolvimentos, criou conexões com financiadores e investidores e apoiou na divulgação e na publicidade dos projetos com recursos do DEFRA (Department for Environment, Food & Rural Affairs), do Reino Unido, e da Caterpillar Foundation, com sede nos Estados Unidos).

¹⁵ “Soluções Baseadas na Natureza” é um conceito guarda-chuva que reúne várias metodologias, conceitos e instrumentos como Engenharia Ecológica, Restauração de Paisagens Florestais, Adaptação Baseada em Ecossistema, Infraestrutura Verde, Infraestrutura Natural, entre outros. Nesse sentido, SBN são ações para proteger, gerenciar e restaurar ecossistemas e, como exemplo, podemos citar hortas comunitárias, renaturalização de rios, parques urbanos e jardins de chuva.

4 FINANCEIRIZAÇÃO E O NOVO PAPEL DO ESTADO

Um campo que tem se desenvolvido ao longo das últimas décadas no contexto brasileiro é o da relação entre finanças e meio ambiente. A categoria de “finanças verdes” surgiu a fim de mobilizar os mercados de capitais para o financiamento de projetos de transição para uma economia verde¹⁶ e é orientada em direção ao discurso ambientalista hegemônico dos últimos anos. Dessa forma, a multiplicidade de atores envolvidos, de fontes de financiamento, de fluxos financeiros e de arranjos institucionais são tópicos que caracterizam o campo de investigação das finanças verdes (MIOLA, 2022).

Nesse contexto, a partir da observação da governança ambiental global e doméstica, dois aspectos se tornam evidentes: (1) a insuficiência de recursos públicos somado ao crescente papel assumido por atores privados (2) e a importância dada à métrica do carbono como guia para a chamada transição verde (desconsiderando outras transformações igualmente fundamentais). Para os estudiosos do campo, a governança global tem favorecido uma lógica de despolitização da temática ecológica por reduzir uma realidade extremamente complexa (que envolve uma transformação no modo de vivermos, de consumirmos, de relação com os recursos naturais da Terra) à meta de redução de emissões (MIOLA, 2022):

É nesse sentido que a centralidade do regime climático funciona como horizonte normativo, traduzindo a “transição verde” na missão de “descarbonização” da economia. Apesar de não ser o único critério disponível, tomada isoladamente a meta de “redução das emissões”, opera uma significativa simplificação das complexidades da atual crise ecológica, sobrepondo-se a outros fatores relevantes na consideração do equilíbrio dos ecossistemas, como a biodiversidade, a qualidade dos recursos hídricos, a ausência de agrotóxicos e produtos químicos, a questão dos produtos transgênicos, bem como as relações sociais estabelecidas com o meio natural. Dessa maneira, é favorecida uma lógica de despolitização da temática ecológica, com o renovado risco de criação e legitimação de “zonas de sacrifício verde” (MIOLA, 2022).

Assim, torna-se fundamental questionarmos quais são os grupos e os interesses favorecidos na narrativa hegemônica das finanças verdes. Em artigo para o estudo “Finanças verdes no Brasil: perspectivas multidisciplinares sobre o financiamento da transição verde”, Oliveira (2022) analisa a relação entre a retomada do desenvolvimento no Brasil, as novas

¹⁶ “A expressão ‘economia verde’ é trazida ao debate climático internacional a partir da sua incorporação no Relatório Brundtland (1987). Durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, também conhecida como Rio-92, a expressão aparece, mas apresenta então uma capacidade limitada de enquadrar as decisões sobre o regime climático global. No entanto, nos anos 2000, o conceito emerge com força, refletindo os esforços de organizações internacionais para a sua divulgação.” (OLIVEIRA, 2022).

estratégias do mercado financeiro a fim de aumentar as margens de lucro, a criação de “ativos¹⁷ climáticos” e o desmonte de políticas públicas no Brasil. A autora aponta que o contexto dessas novas práticas no mercado financeiro é marcado por três fatores: a crise econômica e financeira de 2008, a expectativa de superação da pandemia do Coronavírus e o momento de definição do regime climático internacional.

Duas características principais moldam as abordagens para o desenvolvimento através da “recuperação verde da economia”: os governos estarem aderindo ao mercado privado de capitais para financiar esse desenvolvimento sustentável e a chamada “assetização da natureza”, prática de transformar a natureza em um ativo financeiro que renda lucro. Dessa forma, o trabalho de Oliveira (2022) aponta de que forma os novos imperativos econômicos do mercado capitalista, analisados por Gabor (2021) e intitulados como “Consenso de WallStreet”,¹⁸ estão afetando as populações do Brasil.

¹⁷ [...] algo que pode ser possuído ou controlado, negociado e capitalizado como um fluxo de receita, frequentemente envolvendo a avaliação de ganhos futuros descontados no presente – sendo este “algo” um pedaço de terra, uma habilidade ou experiência, uma soma de dinheiro, uma função corporal ou uma personalidade cativante, um modo de vida, uma patente ou direitos autorais e assim em diante. A ação de desconto reflete uma suposição sobre o valor futuro do dinheiro, que é enquadrado por expectativas sobre inflação futura, riscos e incertezas. Os ativos podem ser comprados e vendidos, sim. Mas o objetivo com o ativo é obter uma renda constante, como em um aluguel, isto é, não para vendê-los no presente. Aqui usamos o termo aluguel para significar a extração de valor por meio da propriedade e do controle de um ativo, o que geralmente implica limitar o acesso a ele” (BIRCH; MUNIESA, 2020, p.02, tradução própria). No original, em inglês: “*By asset, we mean something that can be owned or controlled, traded, and capitalized as a revenue stream, often involving the valuation of discounted future earnings in the present—it could be a piece of land, a skill or experience, a sum of money, a bodily function or affective personality, a life-form, a patent or copyright, and so on. Discounting reflects an assumption about the future value of money, which is framed by expectations about future inflation, risks, and uncertainties. Assets can be bought and sold, yes. But the point is to get a durable economic rent from them, not to sell them in the market today; here we use the term rent to mean the extraction of value through the ownership and control of an asset, which usually entails limiting access to it*”.

¹⁸ 1. Disciplina fiscal, independência do banco central; 2. Gastos públicos: reduzir o risco de novas classes de ativos 'Infraestrutura como uma classe de ativos', 'Natureza como uma classe de ativos'; 3. Reforma da sustentabilidade: articular classificações ambientais, sociais e de governança com as prioridades dos ODS; 4. Financiamento sustentável de títulos em moeda local: projetar financiamento baseado no mercado, priorizar a securitização, apoiar os preços dos títulos (formador de mercado de último recurso); 5. Facilidades de cobertura e swapper de último recurso para “de-risk” moedas para investidores (institucionais); 6. Globalização financeira (sem controles de capital); 7. Promoção de fluxos de portfólio; 8. Privatização de fundos de pensão para mobilização de recursos domésticos (Privatização) PPPs para 'infraestrutura como uma classe de ativos'; 9. Eliminação de riscos de políticas: remoção de barreiras regulatórias para PPPs e financiamento baseado no mercado; 10. Capitalismo de vigilância/Screen New Deal (GABOR, 2021). No original, em inglês: “*1. Fiscal discipline, central bank independence; 2. Public spending: de-risk new asset classes 'Infrastructure as an asset class', 'Nature as an asset class'; 3. Sustainability reform: articulate Environmental, Social and Governance ratings with SDG priorities; 4. Sustainable local currency bond finance: engineer market-based finance, prioritize securitization, support bond prices (market-maker of last resort); 5. Hedging facilities and swapper of last resort to de-risk currencies for (institutional) investors; 6. Financial globalization (no capital controls); 7. Portfolio flows promotion; 8. Privatization of pension funds for domestic resource mobilization (Privatization) PPPs for 'infrastructure as an asset class'; 9. Policy de-risking : removal of regulatory barriers to PPPs and market-based finance; 10. Surveillance capitalism/Screen New Deal*”.

Para compreendermos a relação entre esses fatores, Oliveira (2022) chama atenção para o fato de que no paradigma contemporâneo de acumulação neoliberal, no qual as finanças possuem papel central, a natureza recebe um status diferenciado ao que recebeu na fase industrial do capitalismo. Nesse sentido, ao invés de ser percebida como uma fonte de recursos naturais e matérias-primas (*commodities*), a natureza, sob esse novo paradigma, é percebida como um ativo financeiro que pode trazer receitas constantemente. Assim, a partir de uma lógica neoliberal e financeira, os recursos naturais e os processos que os constituem tornam-se ativos rentáveis.

4.1 BREVE CONTEXTO HISTÓRICO DO NEOLIBERALISMO

Com a intenção de iluminarmos as particularidades do capitalismo contemporâneo, em que processos de assetização ganham mais espaço no âmbito financeiro, é necessário olharmos para trás e identificarmos quais foram os traços marcantes do neoliberalismo como projeto político a partir dos anos 70. A “expansão da racionalidade neoliberal ficou conhecida como globalização financeira e foi caracterizada por um conjunto de medidas impostas de cima para baixo por instituições financeiras internacionais” Oliveira (2022), que desconsideravam diferenças complexas entre as realidades dos Estados e que pretendiam desregular mercados para promover a integração financeira. Entre os anos 1960 e 1980, diversos desafios impulsionam a transição do capitalismo industrial com regulação para o neoliberalismo como, por exemplo, a crise do trabalho especializado em massa, a instabilidade dos mercados, o aumento dos custos de energia e de matérias-primas, a crise do socialismo, entre outros.

Os anos 70 foram marcados por eventos que transformaram o sistema econômico mundial. A decisão norte-americana de romper com a conversibilidade do dólar em ouro, em 1971, foi um marcador de grande impacto e abalou o ordenamento econômico proposto pelo Acordo de Bretton Woods (1944), o qual estruturou o sistema monetário internacional do período pós-guerra. Junto a isso, as crises pelo aumento do juros norte-americano, os aumentos no preço do petróleo, a nova divisão internacional da produção, a revolução da tecnologia, a globalização e o aumento da concorrência também são fatores importantes para compreendermos o contexto de incerteza e de instabilidade que caracterizou o período (VISENTINI, 2012).

Nos anos 80, instaurou-se uma crise do sistema econômico global com instabilidade financeira e monetária, com alta na taxa de juros, com disputas comerciais e com os choques no preço do petróleo. Nesse cenário, uma reação conservadora que pretendia fazer frente contra os movimentos nacionalistas e esquerdistas do Terceiro Mundo foi coordenada por Reagan e Thatcher. Ao agir através da lógica de economistas como Hayek, os Estados se concentraram em reduzir o seu tamanho e em atingir a estabilidade monetária e essas metas foram perseguidas através de limitações de emissão de moeda, de aumentos nas taxas de juros, de redução de impostos para os rendimentos mais elevados, de redução de gastos sociais, de privatizações, de liberalizações dos controles financeiros, entre outras ações. Ainda nesse contexto, foi criada a Atlas Network, um Think Tank utilizado como instrumento para a difusão ideológica do neoliberalismo (VISENTINI, 2012).

Esse período foi fortemente marcado por altas taxas de desemprego, por diminuição do movimento organizado e articulado entre trabalhadores, pelo aumento da pobreza, por tensões sociais e pela concentração de renda, que foram consequências da mudança no modo de ação dos Estados. A partir do Consenso de Washington, documento lançado por instituições financeiras ancorado em 10 pontos que receitaram como instalar as bases para o mercado neoliberal¹⁹, medidas ortodoxas foram implementadas com profundidade nos países anglo-saxões e em alguns Estados do movimento do Terceiro Mundo. Em resumo, podemos entender o processo de financeirização como um momento em que o sistema financeiro ganha relevância para as dinâmicas de acumulação de riqueza e em que a centralidade dada a mercadorias/força de trabalho no capitalismo industrial regulado passou a ser dada para ativos/renda no neoliberalismo (OLIVEIRA, 2022).

4.2 POR TRÁS DA ONDA VERDE NEOLIBERAL

O “ajuste verde” dos mercados emergentes surgiu como uma resposta às crises recentes (de 2008 e do Coronavírus) e está baseada, segundo Oliveira (2022), em três eixos

¹⁹ “Ancorado no trabalho de John Williamson (2000), o Consenso de Washington delineou 10 áreas políticas que colocariam os países em firmes fundamentos de mercado, sob uma “santíssima trindade” compreendendo: estabilização macroeconômica por meio de inflação mais baixa e disciplina fiscal; liberalização do comércio e dos fluxos de capital, dos mercados de produtos domésticos e de fatores; e privatizações de empresas estatais” (GABOR, 2021, tradução própria). No original, em inglês: “Anchored in the work of John Williamson (2000), the Washington Consensus outlined 10 policy areas that would set countries on firm market foundations, under a ‘holy Trinity’ comprising: macroeconomic stabilization through lower inflation and fiscal discipline; liberalization of trade and capital flows, of domestic product and factor markets; and privatization of state companies”.

principais: a austeridade e o foco em redução de riscos econômicos, financeiros, políticos e institucionais para investimentos (de-risking); o ajuste verde e sustentável no mercado financeiro e a criação de títulos verdes, de investimentos em infraestruturas resilientes, entre outros; e a desregulamentação do mercado de capitais. A partir da leitura de Gabor (2021), compreendemos que o objetivo desses ajustes é “organizar, no Sul global, um ambiente de negócios que seja atrativo (e lucrativo) para os investidores institucionais do Norte global com interesse em aumentar as suas taxas de lucro.”

Para Oliveira (2022), o (1) capitalismo vem se transformando a fim de manter elevadas taxas de lucro, (2) o grande problema do capitalismo no início do século XXI é a tendência a taxas de lucro decrescentes na indústria e nos serviços e (3) a crise econômica e financeira de 2008 e a expectativa de superação da pandemia do Coronavírus tiveram importância para a acomodação dos interesses corporativos, a qual surge a partir de uma nova racionalidade do governo e de um novo papel do Estado. A fim de compreendermos as novas práticas utilizadas nas finanças verdes, precisamos entender o momento de “crise adaptativa” que o paradigma neoliberal está vivendo:

Quando se menciona a crise do neoliberalismo, faz-se alusão a um momento de indefinição, quando nem bem o novo nasceu, nem bem o velho deixou de existir. Trata-se, portanto, de uma perspectiva de transição, pois quer-se fazer referência a como as formas de acumulação vêm sendo reconfiguradas atualmente (OLIVEIRA, 2022, p. 32).

Nesse cenário, para Gabor (2021), tem ocorrido uma financeirização das políticas públicas através de movimentos de redução da capacidade do Estado investir e de realocação do financiamento para o mercado de capitais. Em analogia ao Consenso de Washington, Gabor (2021) cria o termo “Consenso de Wall Street”, um “template”, segundo a autora, a fim de nomear a tentativa de reorientação das responsabilidades macroeconômicas dos Estados para a criação de oportunidades de negócios de desenvolvimento. Nesse novo consenso, há a inclusão da iniciativa privada como parceira indispensável dos Estados na recuperação da economia e como garantidora da disponibilidade de recursos. Dessa forma, para identificar de que forma o desenvolvimento começou a ser atrativo para investidores globais, a autora evidenciou que instituições, como o Banco Mundial e o FMI, estão utilizando a narrativa do mercado financeiro como um parceiro crítico para o desenvolvimento e de projetos de desenvolvimento como uma nova classe de ativos para atrair o interesse de investidores.

Quadro 1 - Os Dez Compromissos do Consenso de Washington e do Consenso de Wall Street

CONSENSO DE WASHINGTON	CONSENSO DE WALL STREET
1. Disciplina fiscal, independência do banco central	1. Disciplina fiscal, independência do banco central
2. Gastos públicos: educação primária, saúde primária, infraestrutura pública	2. Gastos públicos: <i>de-risk</i> novas classes de ativos 'Infraestrutura como uma classe de ativos', 'Natureza como uma classe de ativos'
3. Reforma tributária: baixas taxas marginais, base mais ampla	3. Reforma da Sustentabilidade: articular classificações ambientais, sociais e de governo com prioridades dos ODS
4. Políticas Macro-financeiras: substituir os bancos de desenvolvimento com taxas de interesse baseadas em mercado	4. Financiamento sustentável de títulos em moeda local: financiamento baseado no mercado, priorização da securitização, apoio aos preços dos títulos (Estado criador de mercado de último recurso)
5. Taxa de câmbio: também determinada pelo mercado ou competitiva, de acordo com as teorias do equilíbrio, liberalização da conta de capital	5. Facilidades de cobertura e swapper de último recurso para <i>de-risk</i> moedas para investidores (institucionais)
6. Liberalização do comércio	6. Globalização financeira (sem controle de capitais)
7. Promoção do Investimento Estrangeiro Direto (IED)	7. Promoção de fluxos de portfólio
8. Privatizações	8. Privatização de fundos de pensão para mobilização dos recursos domésticos (privatizações) PPPs para 'infraestrutura como uma classe de ativo'
9. Desregulação para aumento da competitividade	9. Política de <i>de-risking</i> : remoção de barreiras regulatórias para PPPs e finanças do mercado
10. Direitos de propriedade	10. Capitalismo de vigilância/ <i>Screen New Deal</i>

Fonte: Adaptação de Gabor (2021, tradução própria).

O “de-risking state”, que surge dessa narrativa, cria uma teia de segurança para os investidores, protege os lucros contra riscos de demanda e cria ofertas de ativos para quem tem interesse em investir. Nesse novo método de operação, o Estado passa a ocupar uma posição de “gerente” que garante o repasse de recursos públicos para empresas e investidores e que protege esses agentes de choques adversos, o que se mostra como um tipo de captura corporativa das instituições.

O Global Investors for Sustainable Development (GISD)²⁰, apoiado pela ONU, pediu 'revigoração das PPPs em um grau não experimentado desde a Segunda Guerra Mundial - e um grau que talvez nunca tenha sido visto em tempos de paz'. Da mesma forma, o centro financeiro privado da COP26 pediu "soluções sob medida" para o desenvolvimento de países que incluem 'PPP, pipelines de projetos financiáveis e novas estruturas de mercados para facilitar oportunidades comercialmente viáveis para investimento' (GABOR, 2021, tradução própria²¹).

Baseada em uma retórica de parceria entre o Estado e as finanças privadas, de parceria entre os Estados do Sul Global e o setor privado, a nova modalidade de governar esperada pela narrativa internacional é baseada em “de-risking”. O desenvolvimento, nessa lógica, é narrado como uma questão de fechar lacunas de financiamento através de parcerias com investidores internacionais e, assim, cria-se o paradigma do “desenvolvimento como *de-risking*”. Gabor (2021) Essa orientação do Estado pode ser entendida como um projeto que pretende aumentar a dependência dos governos pelo financiamento privado. Assim, a subordinação ultrapassa os domínios monetário e fiscal e se expande para outras arenas como água, moradia, energia, saúde, educação, natureza e, dessa maneira, o Estado vira refém do comprometimento da “responsabilidade fiscal” para evitar a formação de um ambiente hostil aos investidores.

Dessa forma, essas mudanças marcam um novo momento na história da acumulação capitalista e a partir de modelos de gestão (estratégias empresariais de atuação e marketing), de governança (conciliação de interesses entre atores) e de governo (organização de um ambiente institucional que atenda às exigências do mercado), os diferentes Estados criam um espaço de desregulamentação e de fluidez para fluxos de investimento. Nesse modo de operar, surge um jogo especulativo com margem para os agentes financeiros apostarem em desastres ambientais a fim de aumentarem os seus rendimentos. A natureza, outrora vista como uma oportunidade para a indústria extrativista, deixa de ser percebida como uma fonte

²⁰ “Global Investors for Sustainable Development (GISD) é um grupo de líderes das principais instituições financeiras e corporações de todo o mundo. É convocado pelo Secretário-Geral das Nações Unidas para fornecer soluções que aumentem o financiamento privado e o investimento para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)” (GISD, [2023], tradução própria). No original, em inglês: “*The Global Investors for Sustainable Development (GISD) Alliance is a group of leaders of major financial institutions and corporations from across the world. It is convened by the United Nations Secretary-General to deliver solutions that scale up private finance and investment to achieve the Sustainable Development Goals (SDGs)*”.

²¹ No original, em inglês: “*The UN-supported Global Investors for Sustainable Development Alliance (2020) called for ‘reinvigorating PPPs to a degree not experienced since World War II —and a degree that has perhaps never been seen in peacetime’. Similarly, the private finance hub of the UN Climate Change conference (COP26) called for ‘bespoke solutions’ for developing countries that include ‘PPP, pipelines of bankable projects, and new market structures, to facilitate commercially viable opportunities for sustainable investment’*”.

de mercadorias e começa a ser percebida como um ativo, o qual pode gerar renda através da sua propriedade. Assim, há uma atualização na geração de valor através da natureza e surge um novo cardápio de mecanismos destinados ao financiamento para o desenvolvimento sustentável (OLIVEIRA, 2022).

No caso brasileiro, o crescimento dos mercados baseados na natureza é acompanhado pelo desmonte das políticas públicas sociais e ambientais. Para Oliveira (2022), o governo Bolsonaro atuou em diversas instâncias para estruturar os mercados privados, de forma que ele internaliza as demandas do capital e executa os ajustes e medidas (administrativas, jurídicas e legislativas) necessárias para garantir a transformação da natureza e da infraestrutura em uma nova classe de ativos. A autora, ao listar projetos de leis considerados estratégicos para incentivar o investimento no país entre 2019-2020, mostra de que forma o Brasil está se adaptando ao ajuste verde da economia descrito por Gabor (2021) e, nesse sentido, o levantamento de projetos de leis mostrou a difusão de normas que buscam o enfraquecimento da responsabilização de infratores ambientais. Somado a isso, Oliveira (2022) também evidencia a diminuição de recursos públicos para a área ambiental, para a agricultura familiar e para os direitos dos povos indígenas e comunidades quilombolas, o que denuncia um processo de desmonte das políticas públicas.

De fato, nos dois primeiros anos do governo de Jair Bolsonaro (2019- 2020), o cenário de austeridade fiscal e monetária foi aprofundado. Houve expansão do modelo extrativista, com forte participação do agronegócio nacional, da mineração, do petróleo e do gás para a composição do Produto Interno Bruto brasileiro. O contingenciamento da despesa pública em áreas de interesse social pode ser comparado à elevação das atividades do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI, Lei n.º 13.334/2016), uma estrutura de governo dedicada à identificação e à qualificação de projetos destinados a privatizações, estruturadas por meio de concessões e PPP. (OLIVEIRA, 2022).

Isto posto, um processo de “desestatização” começou a se desenvolver no país e dois programas servem como exemplo: o Programa Adote Um Parque e o programa de desestatização de parques estaduais pelo BNDES.²² Nos dois casos, é evidente que o objetivo

²² No âmbito do desenvolvimento de ativos da natureza, merecem destaque como exemplos: a Estratégia Nacional de Investimentos e Negócios de Impacto (ENIMPACTO), vinculada ao Ministério da Economia; a Bolsa de Valores do Brasil (B3), que opera créditos de carbono no país e elabora o índice de sustentabilidade empresarial; a cooperação entre os Ministérios da Infraestrutura, do Desenvolvimento Regional e da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e a Climate Bonds Initiative (CBI); a Política Nacional de Pagamentos por Serviços Ambientais (PNPSA); o Programa Floresta+ Carbono, que institui mercados nacionais voluntários de carbono por meio de uma parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD); o Programa Adote Um Parque, que concede a gestão de Unidades de Conservação

do governo é deslocar a gestão desses territórios para investidores nacionais ou internacionais e, dessa forma, o futuro verde avança no Brasil e continua experimentando formas de transformar a natureza em fonte de ativos. Por fim, a agenda de ajuste verde que se desenvolve atrelada ao Consenso de Wall Street se mostra contraditória pois, apesar de se esforçar para fazer propagandas positivas sobre a alocação de recursos financeiros, envolve o desmonte das políticas públicas sociais e ambientais (OLIVEIRA, 2022).

da Natureza a empresas e fundos de investimento; além das diversas iniciativas estaduais para a redução de emissões de gases de efeito estufa oriundas de desmatamento (REDD+) (OLIVEIRA, 2022).

5 CONCLUSÃO

Conforme foi demonstrado neste trabalho, o campo da proteção à natureza, o da financeirização, o do desenvolvimento sustentável e o de organizações de fronteira, como os Think Tanks, possuem uma intersecção. Através de um discurso que incentiva o uso de ODS em projetos para aumentar as chances de captação de recursos, temos a percepção, à primeira vista, de que o mercado financeiro pode ser um parceiro para atingirmos objetivos sustentáveis. Porém, com uma análise mais atenciosa, percebemos que os custos assumidos pelo Estado “de-risking” podem aumentar a vulnerabilidade de populações pobres e que o financiamento de Think Tanks pode ser utilizado para reforçar esse processo.

Com uma narrativa de parceria para a mudança e com a proposta de orientar a interação de governos com os recursos naturais do planeta, o World Resources Institute se posiciona como um aliado neutro para promover a proteção do meio ambiente. Assim, o instituto, fundado no período de ascensão do paradigma neoliberal, utiliza a autoridade que o campo acadêmico carrega para se inserir estrategicamente na política, nos negócios e na mídia e se configura em um ator com notável potencial de ação.

Apesar de utilizar a ideia de insulamento burocrático e de neutralidade técnica que a produção científica traz, é possível percebermos que na infância da organização, em 1988, ela já se envolvia com o mercado financeiro a fim de exibir um portfólio de projetos ambientais e de desenvolvimento em todo o mundo. Nos anos seguintes, os processos de financeirização se intensificaram, as dinâmicas de acumulação de riqueza se alteraram e a natureza recebeu um novo status, o qual faz com que ela deixe de ser percebida como uma fonte de recursos naturais e de *commodities* para ser percebida como um ativo financeiro que pode trazer receitas constantemente com o amparo do Estado. Nesse contexto, é possível verificar que, na prática, uma atuação neutra se apresenta inviável.

A austeridade para garantir a redução de riscos econômicos-financeiros e político-institucionais ao investimento, a criação de “ativos climáticos” e a desregulamentação do mercado de capitais são três pilares que caracterizam o pensamento financeiro internacional depois da pandemia do Coronavírus. Esses ajustes podem transformar o Sul global em um ambiente de negócios atrativo e lucrativo e, também, podem acabar corroendo a possibilidade de gastos públicos dos Estados, de forma que populações permaneçam desassistidas e sem a garantia de direitos básicos. Para fazer frente ao problema de taxas de lucro decrescentes na indústria e nos serviços, o capitalismo continua se

transformando para manter os retornos elevados e a crise ambiental se adequou a uma narrativa que, nos bastidores, pretende fazer o capital circular.

A financeirização das políticas públicas, apesar de supostamente ser um apoio para os Estados, acaba custando caro para habitantes de países que reduzem a sua capacidade de investimento para realocar recursos para o mercado de capitais. Uma parceria irrestrita com investidores privados pode significar uma diminuição na oferta de serviços públicos às populações vulneráveis e um aumento no repasse de recursos públicos para empresas e investidores. No caso brasileiro, em um contexto pós governo Bolsonaro, vimos que o Estado atuou como um estruturador de mercados privados e executou diversos ajustes necessários para incentivar o investimento internacional no país. Ao mesmo tempo, processos de desestatização e de diminuição de recursos para área ambiental e social evidenciam um processo de desmonte das políticas públicas.

Nesse contexto complexo e com diversos interesses em disputa, o problema que o Acelerador, proposto pelo WRI Brasil, pretende resolver é a falta da apresentação de projetos robustos de Soluções Baseadas na Natureza (infraestrutura verde) para instituições financeiras e outros possíveis investidores. Porém, conforme vimos anteriormente com o trabalho de Gabor (2021), essa parceria pode acabar custando caro ao Estado “de-risking”, o qual precisa, segundo a lógica em operação no neoliberalismo, mover recursos para proteger financiadores.

Ainda nessa linha, podemos perceber que o comportamento ideal de Estados começarem a desenvolver projetos para serem apresentados para investidores é reforçado na abordagem do Acelerador, o qual selecionou projetos em fase de ideação propostos por funcionários de esferas públicas como secretarias e outros órgãos relacionados a prefeituras. Assim, recursos humanos e financeiros são destinados a criar um “produto” estruturado que atraia o interesse dos investidores internacionais, caracterizando um novo tipo de “ativo climático”. Apesar de o Consenso de Wall Street apontar a relevância do capital privado nas finanças verdes, o programa desenvolvido pelo WRI Brasil não destaca um tipo específico de financiador, ou seja, apenas foca no desenvolvimento técnico dos projetos propostos pelo setor público. Apesar do discurso internacional introduzir o capital privado como um aliado essencial dos governos no cumprimento dos ODS, o Acelerador de SBN em Cidades não apresenta como objetivo direcionar os projetos para investidores privados.

Porém, apesar de não destacar o componente privado do consenso citado acima, podemos considerar o Acelerador de SBN intimamente conectado com a orientação internacional do Estado “de-risking” e do Estado criador de ativos a serem disponibilizados

para investidores. A narrativa do programa estruturado pelo WRI Brasil considera o mercado financeiro (incluindo seus agentes privados) como parceiro indispensável para a obtenção dos recursos necessários ao desenvolvimento sustentável. Nesse sentido, o programa também se apresenta alinhado ao entendimento de que a natureza, assim como obras de infraestrutura verde, pode ser utilizada como um ativo.

A lógica do ganho individual e do lucro está tirando dos holofotes a urgência e a magnitude do problema que está cada vez mais afetando as vidas de populações ao redor do globo. Enquanto países em desenvolvimento, com a lente da justiça climática, entendem que é justo receberem fluxos financeiros para custear os investimentos necessários para alcançarem os ODS, os países desenvolvidos não tomam iniciativas entusiasmadas e enérgicas. Os esforços criativos das grandes instituições financeiras e de organizações internacionais utilizados na narrativa “de-risking” a fim de criar um ambiente favorável aos investimentos alinhados com os ODS é uma dança no fim do mundo, pois o cenário se torna ainda mais preocupante devido ao contexto de mudanças climáticas que estamos vivendo. Como mencionado anteriormente, cientistas afirmam com base em evidências que o clima está sendo transformado pela atividade humana e que, se não agirmos imediatamente e em larga escala, os efeitos vão ser cada vez mais preocupantes. Assim, as secas, as ondas de calor, a insegurança alimentar, os excessos de chuvas e outros fenômenos naturais vão, cada vez mais, dificultar a vida e o bem-estar na Terra.

Dessa forma, percebemos que os espaços que deveriam servir para pensarmos em estratégias benéficas para todos os seres estão viciados em pensamentos voltados aos negócios e à lógica financeira. A dificuldade de superarmos as “regras do jogo” que coordenam as relações na sociedade capitalista em que vivemos vai, inevitavelmente, levar a uma tragédia anunciada. Além disso, a visão que considera o meio ambiente como um recurso é a mesma que considera os seres humanos como separados da natureza e, essa mesma visão, também aprofunda a crise climática que vivemos. Apesar de a Agenda 2030 e os ODS buscarem soluções, o antropocentrismo e a falta de interesse dos grandes tomadores de decisão em respeitar a vida no planeta Terra estão travando verdadeiras propostas estruturais para fazer frente à crise climática e a outras urgências. Ainda nesse sentido, a insistência em uma lógica de mercado, de ganhos e perdas, de saldo ou déficit, vai travar iniciativas e fazer com que o desenvolvimento sustentável demore cada vez mais para tocar o chão das regiões mais vulneráveis às mudanças climáticas.

REFERÊNCIAS

- BIRCH, Kean; MUNIESA, Fabian. **Assetization**: Turning Things into Assets in Technoscientific Capitalism. Cambridge, Massachusetts: The MIT Press, [2020]. Série: Inside.
- EPRS. EUROPEAN PARLIAMENTARY RESEARCH SERVICE. **COP27 climate change conference**: Outcomes. Dezembro de 2022. Disponível em: <https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/ATAG/2022/739230/EPRS-AaG-739230-CO-P27-outcomes-FINAL.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2023.
- GABOR, Daniela. **The Wall Street Consensus**. Development and Change, International Institute of Social Studies, v. 52, n. 3, p. 429-459, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/dech.12645>. Acesso em: 14 jun. 2023.
- GISD (Global Investors for Sustainable Development Alliance). **The Alliance**. [2023]. Disponível em <https://www.gisdalliance.org/about>. Acesso em: 20 jul. 2023.
- HAUCK, Juliana C. Rosa. **Think Tanks**: quem são, como atuam e qual seu panorama de ação no Brasil. 2015. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.
- MEDVETZ, Thomas Matthew. **Think tanks as an emergent field**. The Social Science Research Council. 2008.
- MEDVETZ, Thomas Matthew. “Public Policy is like having a vaudeville act”: languages of duty and difference among think tank-affiliated policy experts. **Qualitative Sociology**, [s.l.], v. 33, p. 549-562. 2010.
- MEDVETZ, Thomas Matthew. Murky Power: “Think tanks” as boundary organizations. In: COURPASSON, David; GOLSORKHI, Damon; SALLAZ, Jeffrey. (eds). **Rethinking power in organizations, Institutions and Markets** [S.l.]: Emerald Group Publishing, 2012. (Research in the Sociology of Organizations, 34). p. 113-133.
- MIOLA, Iagê Z.; JUNQUEIRA, Gabriela de Oliveira; COUTINHO, Diogo R.; PROL, Flávio M.; VECCHIONE-GONÇALVES, Marcela; FERRANDO, Tomaso. **Finanças Verdes no Brasil** - Perspectivas Multidisciplinares Sobre o Financiamento da Transição Verde. São Paulo: Edgard Blücher, 2022.
- NAÇÕES UNIDAS BRASIL. **Novo relatório do IPCC: mensagem do secretário-geral da ONU**. Brasil, 4 de abril de 2022. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/176750-novo-relat%C3%B3rio-do-ipcc-mensagem-do-secret%C3%A1rio-geral-da-onu>. Acesso em: 27 jul. 2023.
- NAÇÕES UNIDAS BRASIL. **Sobre o nosso trabalho para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil**. 2023. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 10 ago. 2023.
- OBSERVATÓRIO DO CLIMA. **Quem precisa de justiça climática no Brasil?** São Paulo: Gênero e Clima. Observatório do Clima, 2022.

OLIVEIRA, Tatiana. **Assetização da natureza como razão da ex-a-propriação neoliberal**. In: **Finanças Verdes no Brasil**: perspectivas multidisciplinares sobre o financiamento da transição verde. São Paulo: Edgard Blücher, 2022.

PAINEL INTERGOVERNAMENTAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS (IPCC). **Climate Change 2021**: the Physical Science Basis. Genebra: IPCC, 2021. Disponível em: <https://www.ipcc.ch/report/ar6/wg1/>. Acesso em: 27 de julho de 2023.

PAINEL INTERGOVERNAMENTAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS (IPCC). **SR15 Glossary** - Spanish. In: MATTHEWS, J. B. R. (ed.) **Calentamiento global de 1,5 °C**, Informe especial del IPCC sobre los impactos del calentamiento global de 1,5 °C con respecto a los niveles preindustriales y las trayectorias correspondientes que deberían seguir las misiones mundiales de gases de efecto invernadero, en el contexto del reforzamiento de la respuesta mundial a la amenaza del cambio climático, el desarrollo sostenible y los esfuerzos por erradicar la pobreza. 2018. P. 71-94. Disponível em: https://www.ipcc.ch/site/assets/uploads/sites/2/2019/10/SR15_Glossary_spanish.pdf. Acesso em: 27 jul. 2023.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). **Climate Dictionary**: an everyday guide to climate change. 2023. Disponível em: <https://climatepromise.undp.org/news-and-stories/climate-dictionary-everyday-guide-climate-change>. Acesso em: 27 de julho de 2023.

REUTERS. **Biggest rainforest nations form triple alliance to save jungle**. 2023a. Disponível em: <https://www.reuters.com/business/cop/brazil-rainforest-nations-join-forces-save-jungle-2022-11-14/>. Acesso em: 10 ago. 2023.

REUTERS. **UAE's COP28 president lays out plan for 'brutally honest' climate summit**. 13 de julho de 2023b. Disponível em: <https://www.reuters.com/business/environment/governments-need-raise-climate-targets-by-sepember-cop28-president-says-2023-07-13/>. Acesso em: 27 jul. 2023.

SCOVAZZI, Tullio; LIMA, Lucas Carlos (tradutor). Do protocolo de Kyoto ao acordo de Paris. **Revista da Faculdade de Direito da UFMG**, Belo Horizonte, n.78, jan./jun. 2021. Disponível em: <https://dspace.almg.gov.br/handle/11037/42788>. Acesso em: 17 jan. 2022.

THINK TANKS & CIVIL SOCIETIES PROGRAM. **2020 Global Go To Think Tank Index Report**. THE UNIVERSITY OF PENNSYLVANIA, 2021. Disponível em: <https://repository.upenn.edu/entities/publication/9f1730fa-da55-40bd-a1f4-1c2b2346b753>. Acesso em: 20 jul. 2023

UNICEF BRASIL. **Os desastres brasileiros e suas relações com as mudanças climáticas**. 2022. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/blog/os-desastres-brasileiros-e-suas-relacoes-com-mudancas-climaticas>. Acesso em: 27 jul. 2023.

UNITED NATIONS CLIMATE CHANGE. **What are United Nations Climate Change Conferences?** [2023]. Disponível em:

<https://unfccc.int/process-and-meetings/what-are-united-nations-climate-change-conferences>
Acesso em: 27 jul.2023.

UNITED NATIONS UNIVERSITY. **Disasters**. c2022. Disponível em:
<https://interconnectedrisks.org/explore/disasters>. Acesso em: 27 jul. 2023

VISENTINI, Paulo Fagundes. **Manual do Candidato**: história mundial contemporânea (1776-1991): da independência dos Estados unidos ao colapso da União Soviética. 3. ed. Brasília: FUNAG, 2012.

WORLD BANK. **World Bank Group launches Global Shield Financing Facility to help developing countries adapt to climate change**. 2022. Disponível em:
<https://www.worldbank.org/en/news/press-release/2022/11/14/world-bank-group-launches-global-shield-financing-facility-to-help-developing-countries-adapt-to-climate-change>. Acesso em: 10 de agosto de 2023.

WORLD RESOURCES INSTITUTE. **Clean Energy**. c2023a. Disponível em:
<https://www.wri.org/initiatives/clean-energy>. Acesso em: 27 jul. 2023.

WORLD RESOURCES INSTITUTE. **Our History**: 40 years of impact. c2023b. Disponível em: <https://www.wri.org/about/history>. Acesso em: 10 jul. 2023.

WORLD RESOURCES INSTITUTE. **United States**. c2023c. Disponível em:
<https://www.wri.org/north-america/united-states>. Acesso em: 27 jul. 2023.

WORLD RESOURCES INSTITUTE. **WRI 2021 Funding Commitments**. 2021. Disponível em <https://www.wri.org/about/financials/wri-2021-funding-commitments>. Acesso em: 14 jul. 2023.

WORLD RESOURCES INSTITUTE. **WRI is a trusted partner for change**. c2023d. Disponível em: <https://www.wri.org/our-work>. Acesso em: 27 jul. 2023.

WRI BRASIL. **Acelerador de Soluções Baseadas na Natureza em Cidades**. c2023a. Disponível em:
<https://www.wribrasil.org.br/projetos/acelerador-de-solucoes-baseadas-na-natureza-em-cidades>. Acesso em: 27 jul. 2023.

WRI BRASIL. **Cidades**. c2023b. Disponível em <https://www.wribrasil.org.br/cidades>. Acesso em: 27 jul. 2023.

WRI BRASIL. **Cities 4 Forests**. c2023c. Disponível em:
<https://www.wribrasil.org.br/projetos/cities4forests>. Acesso em: 27 jul. 2023.

WRI Brasil. **Relatório Anual**. 2021. Disponível em
https://www.wribrasil.org.br/sites/default/files/2022-10/RelatorioAnual2021_WRIBrasil_PT.pdf. Acesso em: 20 jul. 2023.

WRI BRASIL. **Ruas Completas**. c2023d. Disponível em
<https://www.wribrasil.org.br/projetos/ruas-completas>. Acesso em: 26 jul. 2023.

WRI BRASIL. **Sobre o WRI Brasil**. c2023e. Disponível em:
<https://www.wribrasil.org.br/sobre>. Acesso em: 27 jul. 2023.

WRI BRASIL. **Transparência**. c2023f. Disponível em:
<https://www.wribrasil.org.br/transparencia>. Acesso em: 27 jul. 2023.

WRI BRASIL. **TUMI Missão Ônibus Elétricos**. c2023g. Disponível em
<https://www.wribrasil.org.br/projetos/tumi-missao-onibus-eletricos>. Acesso em: 27 jul. 2023.

APÊNDICE A - GLOSSÁRIO

Adaptação	Refere-se a ações que ajudam a diminuir a vulnerabilidade aos impactos atuais ou esperados das mudanças climáticas. Adaptação engloba uma série de medidas como a introdução de tipos de plantas agrícolas mais resilientes à seca e a variações climáticas, como a implementação de práticas de manejo do solo para diminuir as chances de ocorrência de incêndios em florestas, como o reforço das estruturas de proteção contra enchentes, entre outros. (PNUD, 2023)
Aquecimento Global	É um aumento na temperatura média da superfície da Terra que ocorre quando a concentração de gases de efeito estufa na atmosfera aumenta. Esses gases absorvem mais radiação solar e retêm mais calor, fazendo com que o planeta fique mais quente. Atividades humanas como a queima de combustíveis fósseis, como o desmatamento e como a criação de gado são responsáveis por liberar esses gases, o que, por sua vez, contribui significativamente para o fenômeno do aquecimento global (PNUD, 2023).
Ativo	É algo que pode ser possuído ou controlado, negociado e capitalizado como um fluxo de receita, frequentemente envolvendo a avaliação de ganhos futuros descontados no presente. A ação de desconto reflete uma suposição sobre o valor futuro do dinheiro, que é enquadrado por expectativas sobre inflação futura, riscos e incertezas. Os ativos podem ser comprados e vendidos, sim. Mas o objetivo com o ativo é obter uma renda constante, como em um aluguel, isto é, não para vendê-los no presente. (BIRCH; MUNIESA, 2020, p.02)
COP	A Conferência das Partes (COP) é um órgão com poder de decisão pertencente à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (CQNUMC) estabelecida em 1992. Todos os anos, os países signatários da convenção se reúnem para avaliar o progresso na aplicação da mesma. (OBSERVATÓRIO DO CLIMA, 2022)
Crise Climática	A crise climática faz referência aos graves problemas que estão sendo causados pelas mudanças no clima do planeta, como a redução da diversidade biológica, como a instabilidade na disponibilidade de alimentos e água, como riscos à saúde, entre outros impactos. Cientistas preveem que um aumento superior a 1,5°C na temperatura terrestre desencadeará uma série de mudanças irreversíveis e representará uma ameaça extremamente grave para a vida na Terra (PNUD, 2023).
Economia Verde	A expressão ‘economia verde’ é trazida ao debate climático internacional a partir do final dos anos 80. Durante a Conferência das Nações Unidas

sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, também conhecida como Rio-92, a expressão reaparece, mas apresenta então uma capacidade limitada de enquadrar as decisões sobre o regime climático global. No entanto, nos anos 2000, o conceito emerge com força, o que reflete os esforços de organizações internacionais para a sua divulgação (OLIVEIRA, 2022).

Estado De-Risking	Austeridade e o foco na redução de riscos econômicos, financeiros, políticos e institucionais para favorecer investimentos (OLIVEIRA, 2022).
Justiça Climática	O conceito traz luz à responsabilidade histórica desigual que os países carregam em relação à crise climática. Assim, ele sugere que os países, indústrias e negócios que enriqueceram com as atividades que mais emitiram gases de efeito estufa têm a responsabilidade de ajudar a mitigar os impactos das mudanças climáticas sobre os afetados, particularmente os países e comunidades mais vulneráveis, que muitas vezes são os que menos contribuíram para a crise (PNUD, 2023).
Mitigação	Refere-se a qualquer ação tomada por governos, empresas e pessoas para reduzir, sequestrar ou prevenir as emissões de gases de efeito estufa. Exemplos de mitigação incluem a transição para energia renovável como eólica e solar, investimento em transporte livre de carbono, promoção da agricultura sustentável e uso da terra, plantio de florestas para atuar como sumidouros de carbono e mudança de práticas de consumo e hábitos alimentares. (PNUD, 2023)
ODS	Os 17 ODS são: Erradicação da Pobreza; Fome Zero e Agricultura Sustentável; Saúde e Bem Estar; Educação de Qualidade; Igualdade de Gênero; Água Potável e Saneamento; Energia Limpa e Acessível; Trabalho Decente e Crescimento Econômico; Indústria, Inovação e Infraestrutura; Redução das Desigualdades; Cidades e Comunidades Sustentáveis; Consumo e Produção Sustentáveis; Ação Contra a Mudança Global do Clima; Vida na Água; Vida Terrestre; Paz, Justiça, e Instituições Eficazes; Parcerias e Meios de Implementação. Disponível em: https://brasil.un.org/pt-br/sdgs
SBN	“Soluções Baseadas na Natureza” é um conceito guarda-chuva que reúne várias metodologias, conceitos e instrumentos como Engenharia Ecológica, Restauração de Paisagens Florestais, Adaptação Baseada em Ecossistema, Infraestrutura Verde, Infraestrutura Natural, entre outros. Nesse sentido, SBN são ações para proteger, gerenciar e restaurar ecossistemas e, como exemplo, podemos citar hortas comunitárias, renaturalização de rios, parques urbanos e jardins de chuva.